Ata da Reunião Geral de Alunos Ordinária – 27 de Dezembro

Ao vigésimo sétimo dia do ano de dois mil e vinte um, Tiago Pita, Presidente da Mesa da RGA, deu início à Reunião, pelas 17:30h, por não ter existido quórum para o início às 17:00h.

Ordem de Trabalhos

- 1. Período antes da ordem do dia (PAOD);
- 2. Aprovação da ata da RGA anterior;
- 3. Apresentação e votação do Regimento Interno da Mesa;
- 4. Apresentação, discussão e votação do Plano de Atividades da Direção;
- 5. Apresentação e discussão do orçamento da Direção;
- 6. Apresentação do Parecer do Conselho Fiscal relativo ao Orçamento da Direção;
- 7. Votação do Orçamento da Direção;
- 8. Outros assuntos.

1. Período Antes da Ordem do Dia (PAOD)

Tiago Pita (Presidente da Mesa da RGA): Dá inicio à primeira RGA do mandato.

Começando, então, por perguntar se alguém tem alguma coisa a dizer no PAOD e por explicar o método de funcionamento das RGA's por zoom, particularmente no que respeita à intenção de participação, que é feita através da colocação da mão no ar (de forma virtual, através das "REAÇÕES" ou junto aos "PARTICIPANTES" do zoom). É ainda salientado que caso alguém não consiga participar deste modo deve avisar no chat em formato de mensagem, quer para o chat geral, quer para a Inês Silva.

Hélder Semedo: Começa a sua intervenção por parabenizar os órgãos sociais recém eleitos da AAFDL. Refere, em seguida, que houve no inicio do mês de Dezembro uma reunião do Conselho Geral da Universidade de Lisboa em que foi discutida a recondução do provedor do estudante da Universidade Católica para o Professor Bruno Sousa, professor jubilado da Universidade de Lisboa. No Conselho Geral, 5 dos 6 membros (o 6 membro faltou) mostraram-se contra porque entenderam que a audição que foi feita no Senado não contou com a participação de todas as Associações de Estudantes; foram informados pela Associação de Medicina que das 16 Associações, apenas 3 tinham estado presentes.

Hélder pergunta se uma das três associações que estiveram presentes era a AAFDL e se concordam ou não com a recondução do Professor Bruno Sousa para o cargo de provedor do estudante, tendo em conta que o mandato tem a duração de quatro anos e é uma decisão do Conselho Geral. Informa saber que o Provedor do Estudante da UL tem muitas queixas da sua ação, vários estudantes queixam-se que ele não faz bem o seu trabalho e por isso gostaria então de saber se é esse o espirito que a Faculdade de Direito tem sobre a personagem do Professor Bruno de Sousa; porque acredita que, antes de mais, tiveram conhecimento da proposta que fízemos para retirar este nome, que colocou no Campbook na altura, e que, lá está, gostaria de ter um Provedor com um mandato longo e único (é o que acontece devido à duração do mandato ser de quatro anos). Para além disso, considera que não faz sentido ser a pessoa em questão uma vez que já é Provedor desde 2012 e as queixas sobre a sua atuação têm aumentado de ano para ano. Questiona então se, da parte dos estudantes da Faculdade de Direito há algum inconveniente em reconduzir este senhor ou se têm alguma sugestão para Provedor do Estudante que possa ser feita em sede

própria. Hélder acredita que deveriam ser escolhidos nomes de pessoas jovens, de antigos dirigentes estudantis, e não de pessoas com setenta anos que já se jubilaram.

Tiago Pita (Presidente da Mesa da RGA): Pede para que esta questão seja abordada nos "Outros assuntos", uma vez que o intuito da intervenção do Hélder era iniciar um debate para saber a opinião dos estudantes.

Tiago Fontez: Informa que faz parte do jornal "Crónico", bem como outros colegas presentes na RGA, e que no passado dia 19 foi lançada uma revista on-line. Recomenda, então, a sua leitura uma vez que é uma revista feita por jovens e para jovens. Salienta ainda que quem quiser participar pode entrar em contacto através do próprio site e terão com certeza essa oportunidade.

Luís Pereira (Vice-Presidente da Intervenção e Política Educativa): Parabeniza a Mesa da RGA, bem como o Conselho Fiscal e informa que a eleição dos Órgãos, nomeadamente, a eleição do Conselho Pedagógico não foi homologada pelo Reitor, pois foi entendido que no Regulamento faltou a questão da consulta pública. Assim, a faculdade irá sanar o vício e as eleições serão repetidas exatamente nos mesmos moldes em Março.

2. Aprovação da ata da RGA anterior;

Hélder Semedo: Refere a existência de uma imprecisão, mais concretamente na página 6, pois na sua intervenção referiu homologação e não audição. Refere também a existência de um erro na página 25.

Ângelo Gonçalves (pela tertvlia libertas): Indica uma imprecisão na data e hora que constam da ata da passada RGA.

Tiago Fontez: Refere que, na sua intervenção constante na página 32, não disse "vão ter apenas um dia", mas sim "vão ter menos de um dia". Refere ainda, em relação à votação, que declaração de voto; declaração de voto essa que tinha como intuito ficar registado o seu voto contra.

A ata foi aprovada com 158 votos a favor, 13 votos contra e 22 abstenções.

3. Apresentação e votação do Regimento Interno da Mesa;

Tiago Pita (Presidente da Mesa da RGA): Indica que vamos então para o terceiro ponto da nossa ordem de trabalhos e que os documentos foram todos colocados no chat pela Inês Silva, mas de qualquer forma pede que sejam recolocados. Menciona ainda que o Regimento se encontra disponível no site da associação e que não foram feitas grandes alterações, sendo maioritariamente ajustes gramaticais e frásicos. Dá também nota de que o n3º do artigo 25º tem-se como excluído, uma vez que não existe; foi apenas um erro de formatação.

Tiago Fontez: Ressalva que, no artigo 6°, é feita uma alteração no sentido de, onde se lê decisões, deve ler-se deliberações. No entanto, podemos apenas recorrer das decisões e não das deliberações (pois as deliberações são apenas um ato interno da mesa); pelo que deve manter-se decisões e não deliberações.

Tiago Pita (Presidente da Mesa da RGA): Justifica que a alteração assenta apenas numa base de coerência em relação à letra dos demais artigos (como por exemplo do artigo 8°). Assim, propõe que se mantenha "decisão" no artigo 6° e que se altere o artigo 8°/g) para que diga também "decisões".

Tiago Fontez: Menciona ainda que no Regimento não devem constar grandes tópicos relativos a divulgações e publicações por parte da mesa; contudo, refere que, numa próxima alteração, esse assunto deve ser mais aprofundado, pois a Mesa deve ter mais controlo em relação à própria divulgação de documentos (como demonstram os mais recentes eventos), uma vez que é um órgão autónomo e não tem que estar sujeita e dependente de outros órgãos.

António Cortês: Cumprimenta a nova mesa, bem como os demais novos órgãos e refere que não se sente confortável para votar a favor deste Regimento sem antes referir alguns pontos. Começa então por dizer que o Regimento, em termos materiais, não foi alterado, contudo, as circunstâncias atuais exigiam essas alterações. Utiliza como exemplo o

disposto no artigo 23° que, a seu ver, acautela, aparentemente, os estudantes do póslaboral através do voto antecipado. Contudo, considera que uma deliberação é constituída por dois elementos: discussão e votação. Assim, refere que se estabelecermos que, para aluno de pós-laboral, a regra é o voto antecipado; estamos a subtrair-lhe o direito à discussão e à argumentação. Salienta ainda que as circunstâncias atuais exigem essa alteração, uma vez que já temos acesso a meios como o zoom pelo que, se assim é, temos o dever de fazer de fazer mais. Refere então que devemos realizar as RGA's ao sábado por zoom quando os assuntos sejam especialmente afetos ao aluno de póslaboral/trabalhador estudante.

Tiago Pita (Presidente da Mesa da RGA): Explica que o padrão será, sempre que possível, o das RGA's presenciais, uma vez que é ai que assenta a essência das mesmas. Relativamente ao problema apontado por António Cortês, indica que o Regimento apresenta, por exemplo, no seu artigo 13º/2 uma alternativa, possibilitando, quando se justifique, a realização de RGA's por zoom. Assim, admite que as RGA's se realizarão nesse mesmo formato quando seja necessário e quando os temas discutidos incidam especialmente sobre os alunos de pós-laboral. Por fim, faz ainda referencia ao artigo 28º/2 e salienta que o mesmo possibilita uma adaptação a estas situações de instabilidade que vivemos atualmente.

António Cortês: Clarifica que votará a favor atendendo à intervenção de Tiago e em particular ao seu compromisso de realizar as RGA's por zoom quando os temas discutidos incidam especialmente sobre os alunos de pós-laboral.

Sofia Escária: Salienta que no artigo 8º/1/g) do Regimento, onde se lê "plenário" deverá ler-se "RGA". Relativamente à intervenção do António Cortês, refere que é estudante de pós-laboral e que, a seu ver, o artigo 22º confere uma possibilidade e não uma obrigatoriedade de antecipação do voto. Menciona ainda que já teve oportunidade de ir a uma RGA por zoom a um sábado e que, infelizmente, essa RGA teve muito pouca adesão por parte de estudantes do pós-laboral e acredita que essa questão se deveu essencialmente à forma como se comunicam as RGA's (por vezes de forma assíncrona).

Assim, ressalva ainda que há outras formas de acautelar esta questão, tendo então que haver um compromisso não só por parte da mesa mas também por todos.

Francisco Sousa: Parabeniza os novos órgãos eleitos e vem então deixar duas notas relativamente à intervenção do António Cortês. Menciona, em primeiro lugar, que concorda com a sugestão que foi feita relativamente ao disposto no artigo 23°, considerando que o mesmo deve então ser densificado. No entanto, não concorda com a colocação das RGA's ao sábado como solução para este problema, referindo ainda que no seu mandato realizou uma RGA ao sábado que contou apenas com a presença de nove pessoas de pós-laboral. Por fim, deixa como sugestão que a Mesa se articule quer com o vogal do pós-laboral quer com a própria Direção para que se arranjem outros meios alternativos para melhorar as vias de comunicação com os alunos.

Tiago Pita (Presidente da Mesa da RGA): Pede que as intervenções se cinjam apenas ao tópico em questão. Salienta também que, ainda que a questão da participação dos alunos do pós-laboral seja uma questão importantíssima e fulcral (sobre a qual já se pronunciou depois da intervenção do António) deverá ser posteriormente debatida numa RGA dedicada a este assunto e não neste ponto.

Alexandra de Oliveira: Começa por parabenizar os órgãos recém eleitos e refere que a sua intervenção vai ao encontro da intervenção do António, mais particularmente no que respeita ao disposto no artigo 23°, pois surgiu-lhe a mesma questão, a da declaração de voto. Considera assim que este é um instrumento importante e que deve ser dado aos alunos de pós-laboral que tenham que votar antecipadamente. Refere por fim que estamos perante uma Mesa competente e capaz se adaptar, com certeza, as necessidades dos alunos de pós-laboral.

Hélder Semedo: Refere o artigo 13º/3 e questiona sobre a sua letra, uma vez que a faculdade está encerrada aos fins de semana e durante as férias escolares.

Tiago Pita (Presidente da Mesa da RGA): Esclarece dizendo que, tal como referido, as RGA's só se realizarão nestes moldes (em que a presente RGA decorre, por exemplo) em casos de exceção, uma vez que a regra deverá ser o regime presencial. Refere que não podemos, de modo algum, ser insensíveis e intransigentes, no entanto, esta questão da excecionalidade vem salvaguardar-nos nesse sentido, tendo sido assim intencional manter essa parte do artigo.

Déborah Andrade: Refere que foi indicado que a RGA poderia, em regime excecional, ter lugar ao fim de semana, mas afirma que os alunos de pós-laboral já existem há vários anos, não tendo isso qualquer caráter excecional, pelo que pergunta como é que será colocado algo de caráter excecional numa coisa que é regra (porque alunos de pós-laboral não são algo excecional).

Tiago Pita (Presidente da Mesa da RGA): Clarifica então que o caráter excecional aqui referido não diz respeito aos alunos de pós-laboral, mas sim a realização de RGA's em períodos em que a Faculdade se encontra fechada. Assim, refere novamente que a regra será sempre a realização das RGA's de forma presencial durante a semana sempre tentando adaptar os horários junto dos estudantes de pós-laboral. Porém, temos presente que é praticamente impossível, durante a semana, adaptar os horários a todos os estudantes, referindo que, mesmo ao fim de semana, será praticamente impossível encontrar um horário perfeito, uma vez que o trabalhador-estudante também estará a trabalhar ao sábado. Deste modo, termina dizendo que, em questões que incidam diretamente sobre os estudantes de pós-laboral, a Mesa fará a RGA num período em que garanta a maior participação possível de estudantes de pós-laboral, caso esse em que realizará a RGA ao sábado.

Déborah Andrade: Refere que, no Brasil, sempre que acontecia uma RGA, a mesma era devidamente organizada e comunicada aos professores e havia ainda uma dispensa dos alunos para que estes pudessem participar nas RGA's. Assim, levanta a questão da possibilidade de reprodução desta solução na nossa faculdade; havendo então uma comunicação prévia da realização de uma RGA ordinária para que houvesse uma dispensa dos alunos de pós-laboral para que estes pudessem participar devidamente nas RGA's.

Tiago Pita (Presidente da Mesa da RGA): Dá a hipótese aos ex-presidentes de Mesa de se pronunciarem sobre este assunto e começa a sua resposta dizendo que existe efetivamente um sistema de justificação de faltas para quem participar nas RGA's, mas há um grande problema que se prende com o facto de alguns professores não aceitarem essas mesmas justificações. Esclarece que esta deve ser e é uma grande luta e acrescenta que podemos tentar trabalhar esta questão da justificação e perceber junto dos professores a sua abertura e o seu feedback.

Tiago Fontez: Dá razão ao Tiago dizendo que efetivamente existem as justificações de falta e dá até um exemplo do seu mandato em que uma justificação não foi aceite à priori, contudo, depois de discutir o assunto com a Diretora, a justificação foi efetivamente aceite. Deixa ainda a ressalva de que não existe um horário ideal.

Tiago Pita (Presidente da Mesa da RGA): Pede novamente que as intervenções se centrem no Regimento, reconhecendo também a importância deste assunto e afirmando que o mesmo é extremamente relevante e por isso deverá ser discutido em sede própria numa futura RGA. Responde também a uma mensagem da Déborah (que se encontrava no chat) dizendo que efetivamente a justificação de faltas e a dispensa das aulas não são a mesma coisa, contudo refere que é uma luta que temos e que cabe chegar junto dos professores e perceber a sua abertura para tal (sendo esta questão competência da Direção da faculdade e não da Associação, mas se esta for a vontade dos estudantes claro que a Associação irá pautar pela sua execução).

António Pestana: Intervém para acrescentar algo à intervenção do Tiago Fontez e refere que o professor que na altura não aceitou a justificação também não aceitou a justificação dele. Assim, explica que a justificação que foi dada pelo professor para a não aceitação foi a de que não está positivado no Regulamento de Avaliação da Faculdade que as faltas para RGA podem ser justificadas com esse papel de justificação.

Sónia Alves: Refere que está na faculdade desde 2010 e que esta é a primeira vez que se encontra a participar numa RGA, afirmando ainda que é aluna de pós-laboral pois trabalha durante o dia e o regime do pós-laboral é o único com o qual está familiarizada. Menciona que muitas das vezes nem sequer chega a ter conhecimento da existência das RGA's e por isso pede que haja mais interação com os alunos do pós-laboral seja através de emails ou mesmo de contactos.

Tiago Pita (Presidente da Mesa da RGA): Assume o compromisso por parte da Mesa de tentar ir ao encontro das necessidades e dos pedidos dos alunos de pós-laboral.

Hélder Semedo: Em resposta a António Pestana, esclareceu que a justificação de faltas para alunos de pós laboral não está positivada no regulamento de avaliação, mas está prevista no regime jurídico do associativismo jovem, pelo que nenhum Professor poderia

negar uma justificação. Se tal acontecer, o caso deve ser reportado à Direção e esta deverá justificar a falta, o que já acontece no caso da Venusmonti (tuna masculina da Faculdade de Direito), que quando tem de atender a espetáculos fora de Lisboa, tem as faltas justificadas pela própria Diretora da Faculdade. Garantiu que a pessoa que ocupe o cargo de Diretor da faculdade acaba sempre por agir sobre a situação, não sendo assim necessário positivar o regime de justificação de faltas no regulamento de avaliação.

Tiago Pita (Presidente da Mesa da RGA): Agradece a intervenção e acrescenta que este é sem dúvida um tema interessante e a discutir futuramente, apelando a que os alunos não deixem a questão "morrer" para que possa ser discutida numa RGA dedicada especificamente ao assunto. Posto isto, dá por aberto o período de votação do Regimento da Mesa da Reunião Geral de alunos para o mandato 2021/2022.

O Regimento da Mesa da Reunião Geral de Alunos foi aprovado com 179 votos a favor; 1 voto contra e 19 abstenções.

4. Apresentação, discussão e votação do Plano de Atividades da Direção

Tiago Pita (Presidente da Mesa da RGA): Esclarece que se vai iniciar a apresentação do Plano de Atividades, perguntando ao Vice Presidente da Intervenção e Política Educativa, Luís Pereira, se irá iniciar a mesma, deixando nota de que os alunos podem desde logo levantar a mão para pedidos de esclarecimento, seguindo-se depois os pedidos de intervenção.

Luís Pereira (Vice-Presidente da Intervenção e Política Educativa): Começa por apresentar sucintamente os programas dos 6 departamentos da Vice Presidência da Intervenção e Política Educativa. Explicou que no departamento do Acompanhamento Académico iria irá continuar a aposta na saúde mental, desenvolvendo uma vertente preventiva em coordenação com a Dra. Marta do GAP (Gabinete de Apoio Psicológico) através de várias atividades, nomeadamente um tema por mês, e para os alunos caloiros do ano seguinte, irá ser implementada uma sessão de grupo para tratar os problemas da saúde mental e de como lidar com a pressão, de modo preventivo. Irá continuar a aposta nas soft e hard skills, complementando o plano de estudos na vertente jurídica com a

vertente destas mesmas skills. Acrescenta que pretende desenvolver-se o GAP, esclarecendo que não foi colocado no Orçamento o custo da contratação de uma psicóloga estagiária profissional, mas que está tudo explicado no Parecer do Conselho Fiscal, pois o protocolo de estágios do IFP ainda não saiu, não havendo assim forma de saber questões como a percentagem que estes iriam atribuir a cada estágio, mas que quando este saísse, iriam pedir o parecer do Conselho Fiscal para que a estagiária seja contratada e se possam duplicar as horas do GAP. No departamento da Ação Social, pretende potencializar-se o mesmo através de eventos de consciencialização e formação, apontando as duas Jornadas que constam do programa; pretendem realizar ações de voluntariado organizadas, nomeadamente a "On fridays we help"; acrescenta que o departamento pretende ter um papel ativo na angariação de fundos, através de várias atividades em parceria com outros departamentos, apontando para as atividades das Olimpíadas da Solidariedade, Rally Tascas solidário, Peddy Paper e.t.c. No departamento do Pedagógico há uma ideia de maior transparência e debate dos temas que são discutidos em plenário, pretendendo-se trazer a RGA a informação daquilo que se passa nos Órgãos da faculdade, assim como fomentar o debate dos alunos, permitindo defender os interesses e defender um maior papel ativo dos mesmos; irá haver continuidade de várias atividades, tais como as Jornadas Pedagógicas e a Comissão de Revisão de Notas. No departamento do Pós Laboral e Trabalhador Estudante, pretende colmatar-se as dificuldades sentidas no acesso aos serviços da faculdade, nomeadamente o estacionamento e a Divisão Académica; pretende tirar-se um maior proveito da intergeracionalidade através do contacto informal entre os alunos de Pós Laboral, para que os alunos mais velhos possam partilhar a sua experiência com os mais novos; pretende-se também potenciar as atividades próprias do departamento ao fim de semana. No departamento da Produção Jurídica e Apoio Editorial, pretende-se dar uma melhor introdução dos alunos de primeiro ano aquilo que é o mundo jurídico, através de workshops de como preparar uma oral e um workshop de introdução ao mundo jurídico em parceria com o departamento do DAPA; pretende-se fazer moot courts transversais a todos os anos de licenciatura, apontando para a realização de 6 ou 7; inovar nas jornadas, debatendo temas que ainda não o foram, tais como o Direito Imobiliário, as Cripto moedas, crime e corrupção; apostar nos workshops, trazendo os alunos mais velhos a falar com os alunos mais novos para darem a sua visão e posição de como solucionaram os seus problemas quando entraram na faculdade; no departamento dos Mestrados pretende-se potenciar uma melhor integração do aluno de mestrado; tentar desenvolver o Gabinete de Consultoria Jurídica, que já existe há muito

tempo, mas os alunos não podem ter acesso ao mesmo nem fazer estágios lá, pelo que vamos tentar criar essa possibilidade, tanto aqui como no CARG (Centro de Arbitragem e Resolução de Conflitos); tentar criar uma maior interligação entre os alunos de mestrado, doutoramento e licenciatura, através de vários ciclos de seminários jurídicos com os alunos de mestrado e doutoramento a conversarem com os alunos de licenciatura numa vertente mais informal, de forma a tentar que os alunos de licenciatura tenham uma maior vontade de entrar em mestrado na nossa faculdade. Terminada a apresentação, passou a palavra para o Vice Presidente das Atividades e Valorização Extracurricular, Diogo Travassos.

Diogo Travassos (Vice-Presidente das Atividades e Valorização Extracurricular):

Começa por explicar que também fará uma apresentação dos 6 departamentos em duas vertentes, quer na continuação de trabalhos e atividades já realizadas que devem continuar a ser apostadas, por terem tido sucesso no passado, mas também inovar com outras atividades. Explicou que o departamento do Marketing e Comunicação Académica é a "pedra angular" da AAFDL, porque para além de ter as suas próprias atividades, serve também para publicitar e divulgar aos alunos as atividades que se estão a passar em todos os departamentos, pelo que o Marketing terá de melhorar e facilitar ainda mais o acesso à informação e a comunicação da mesma aos estudantes. A nível de questões para inovar, deu nota da realização das Jornadas do Direito da Comunicação Social, pois é uma área que se deve explorar cada vez mais, frisando que considera importante fazerem-se umas Jornadas acerca deste assunto; mencionou a FDUL experience, que será trazer antigos alunos ou pessoas que tenham andado em Direito e que tenham seguido diferentes vias profissionais, para que possam demonstrar que qualquer aluno da FDL, do primeiro ao quarto ano, mestrado, diurno ou noturno, tem um percurso académico diferente que o leva a diferentes áreas profissionais e que nem todos têm de seguir o mesmo percurso. No departamento do Desporto, Saúde e Bem Estar, pretende-se garantir, dentro da parte do desporto, uma continuação e forte aposta na profissionalização e aumento das medidas de apoio, para que as equipas que representam a AAFDL nos campeonatos universitários de Lisboa consigam alcançar ainda melhores resultados dos que os que já vêm a ter tido, dando o exemplo dos bons resultados das equipas de voleibol feminino e andebol masculino no ano anterior. Frisa ser necessário continuar a dar às várias modalidades e equipas esses mecanismos para que tenham sucesso, nomeadamente através da introdução de fisioterapeutas nas equipas. Na vertente da saúde e bem estar, mencionou a importância dos cursos de primeiros socorros e de defesa pessoal, nomeadamente para os alunos que vivem sozinhos em Lisboa. No que toca ao Cultural e Núcleos Autónomos, o objetivo do departamento dentro da parte da cultura será, através das suas atividades, trazer um pouco da cultura à FDL e aumentar os horizontes, quer através das noites de expressão literária, como dos podcasts em que serão trazidos profissionais e artistas para falarem de temas atuais aos alunos, ou mesmo através do programa "Para ti cinema" em que serão feitas sessões de cinema com vários tipos de filmes. Dentro dos Núcleos autónomos, o objetivo da AAFDL é, como tem sido todos os anos, dinamizar e fazer com que os núcleos aumentem tanto em número de alunos que os integram, como ao nível de atividades que vão efetuar, sendo que a AAFDL deve dar um forte apoio quer na divulgação das atividades que os núcleos vão efetuar, quer em fazer atividades em conjunto, fazendo atividades de maior dimensão e que chegam a mais alunos. No departamento de Apoio ao Primeiro Ano, cumpre fazer uma integração numa vertente académica e numa vertente mais lúdica. A integração na vertente mais lúdica é importante para que os alunos se habituem ao modo de funcionamento das aulas, ao dia a dia do que é um estudante de Direito, e a saber gerir o mesmo, pois entrar na faculdade é diferente de estar no secundário, daí a realização da palestra "DAPA respirar" e também das Jornadas do caloiro, que serão uma série de workshops em que serão falados vários temas que tocam a todos os alunos, Na vertente mais lúdica realçou o Peddy Paper e o Fim de semana do caloiro. A questão da saúde mental vai ser trabalhada com o Acompanhamento Académico. No departamento do Erasmus será importante a informação que é transmitida aos alunos que querem fazer programas de mobilidade, quer seja Almeida Garrett ou Erasmus, assim como aos alunos de outros países que vêm para a nossa faculdade, daí a importância dos guias Incoming e Outgoing, de forma a uniformizar a informação, que ainda se encontra dispersa, criando respostas para as perguntas que mais são feitas pelos alunos; frisou ainda a questão da convivência dos alunos que chegam e melhorar a sua integração com os alunos da nossa faculdade, através do programa Buddies. Por fim, explicou que a aposta do departamento do Recreativo serão as festas e eventos, mas que não se irá cingir apenas a estas. Nomeadamente, apontou que o Recreativo irá trabalhar com a Comissão de parcerias e protocolos para nas questões lúdicas para que sejam feitas parcerias com bares e cafés, dando o exemplo da anterior parceria com o Urban. No âmbito das festas, irá apostar-se na sustentabilidade, tanto de um ponto de vista de segurança para os alunos, como de um ponto de vista de sustentabilidade financeira,

frisando que as festas têm de dar lucro. Terminou por dar nota de que será importante a colaboração com a Vice Presidência da Intervenção.

Tiago Pita (Presidente da Mesa da RGA): Frisa que está aberto o período de inscrição para pedidos de esclarecimento e dá a palavra à Presidente da Direção, Catarina Preto.

Catarina Preto (Presidente da Direção): Refere que se irá trabalhar muito com a interligação de departamentos, de forma a enriquecer e a complementar as atividades. Refere que teve o prazer de reunir com todos os Núcleos, e que a abordagem com os mesmos vai mudar, fazendo sentido fazer mais atividades com os Núcleos e começar a divulgar a sua atividade. Explicou que os Presidentes dos Núcleos já estão informados que caso queiram, basta mandarem mensagem para a Presidente ou um dos Vice Presidentes e o evento passará a ser publicitado. Explicou que o Plano de Atividades se foca muito na integração dos alunos do 1º ao 4º ano e que a mesma não termina no 1º ano, assim como dos alunos de mestrados e doutoramentos, alunos deslocados e internacionais. Referiu que estão empenhados em fazer uma grande reformulação das saídas profissionais na faculdade, tanto a nível laboral como de estágios, pois é sentido que estamos a ficar para trás relativamente a outras faculdades, tais como a Nova, onde os alunos recebem quinzenalmente ou mensalmente propostas de estágio ou laborais no seu email. Assim, frisou que das primeiras coisas que vão fazer será falar com o Gabinete de Saídas Profissionais (GSP), para perceber que parcerias existem e que tipo de envolvimento o Gabinete quer ter nesta questão de melhorar as saídas profissionais. Quanto às parcerias e protocolos, disse ser necessário elaborar um inventário daquelas que já existem, visto que a documentação se encontra dispersa e por isso há parcerias feitas no passado que não se sabe se ainda estão ativas. Explicou que em janeiro iria ser feita a planificação do semestre, com cada atividade a ser feita e o que cada uma requer, sendo que também vão ser convidados os Núcleos a participar nessa planificação. Em relação à política externa, explica que já começaram a ser criadas relações com dirigentes de outras faculdades e que a AAFDL tem tido presença em várias tomadas de posse e eventos onde estes estão presentes. Explicou que sempre que se desse um evento como o ENDA, ENED e.t.c gostaria de vir à RGA explicar aquilo que foi falado no mesmo e que tipo de votações foram feitas.

Tiago Pita (Presidente da Mesa da RGA): Dá a palavra a Marta Leite para iniciar o período de pedidos de esclarecimento.

Marta Leite: Faz uma questão relativamente ao Acompanhamento Académico e ao desenvolvimento do GAP, explicando que a Dra. Marta conta atualmente com a ajuda de uma estagiária, em estágio curricular, na parte mais logística do trabalho. Perguntou como pretendem duplicar as horas de consultas sendo que um estágio profissional requer um orientador do estagiário, trabalho que não lhe parece ser possível fazer pela Dra. Marta tendo em conta que já trabalha 40 horas por semana, perguntando assim se pretendem contratar outra pessoa.

Tomás Antunes: Tendo em conta que no Plano de Atividades não é feita nenhuma menção, pergunta se a Associação pretende organizar algum tipo de mobilização face à proposta de alteração dos Estatutos da Ordem dos Advogados, como por exemplo uma manifestação.

Déborah Andrade: Destaca a Universidade do Minho no que toca às saídas profissionais e o facto de na sua opinião estar muito à frente da Faculdade de Direito de Lisboa. Explica que o maior problema das vagas oferecidas pelo GSP é o facto de na sua maioria exigirem que a primeira fase do estágio na Ordem dos Advogados esteja concluída, requisito que exclui os alunos de licenciatura. Assim, a primeira pergunta que faz é, como pensa a AAFDL integrar os alunos de licenciatura na questão das saídas profissionais, visto que até então não estiveram. Faz uma segunda pergunta sobre possíveis eventos que poderiam ser feitos na faculdade, onde se abririam portas para contactos com profissionais das várias áreas e que de momento não são feitos, ou quando o são, excluem os alunos de pós laboral, perguntando assim se há alguma perspetiva de integração dos alunos no mercado de trabalho, não só pela via profissional, mas também pela via académica.

Tiago Pita (Presidente da Mesa da RGA): Dá a palavra ao Vice Presidente da Intervenção, Luís Pereira, que se mostra disposto a responder às duas primeiras questões.

Luís Pereira (Vice-Presidente da Intervenção e Política Educativa): Sobre a questão da duplicação das consultas no GAP, explica que reuniram com a Dra. Marta e que esta aconselhou o estágio profissional, pois enquanto num estágio curricular o estagiário não

pode dar consultas sozinho, no estágio profissional isso não tem de acontecer após a fase inicial, ou seja, no primeiro mês a Dra. Marta avaliaria as consultas, mas no segundo e por diante não seria necessário. Explica que neste sentido já foram iniciadas conversações com a faculdade e com o grupo de trabalhos da saúde mental, pretendendo-se mais um gabinete para haver consultas, colocando assim a Dra. Marta num sítio a dar consultas, e o estagiário profissional no outro, conseguindo assim a tal duplicação de consultas. Quando à questão sobre a Ordem dos Avogados, respondeu que a ideia da Associação em política externa é ter a opinião dos alunos mais próxima, pretendendo trazer o assunto a RGA e criar uma Comissão ad hoc para as pessoas que a queiram integrar fazerem um texto, que tanto pode ser uma proposta de alteração, como uma explanação de todas as dificuldades que a obrigatoriedade de mestrado causa aos alunos de Direito, e tendo esse documento, tentar ter a sua assinatura pelas outras Associações de Direito e apresentá-lo à Assembleia da República e à Ordem dos Advogados.

Tiago Pita (Presidente da Mesa da RGA): Dá a palavra à Presidente da Direção, Catarina Preto, para que responda à última questão.

Catarina Preto (Presidente da Direção): Dá razão à aluna na questão das saídas profissionais, frisando o facto de os alunos de licenciatura raramente estarem incluídos nas propostas laborais e quando estejam em estágios, raramente serem remunerados. Explica que o que a Associação pretende fazer tem várias fases, sendo a primeira aumentar o leque de opções existentes, e após isso criar parcerias para estágios, remunerados e não remunerados. A nível laboral, é uma conversa que vai ser iniciada com o GSP, tendo também de partir do mesmo a envolvência que quererão ter na questão da reformulação das saídas profissionais, cuja planificação ainda tem de ser feita pois vai requerer diversas reuniões com as entidades públicas e privadas, perceber se vale a pena criar uma plataforma, como no caso da Universidade Católica. Explica que ainda está tudo muito embrionário mas que é uma das grandes bandeiras do Plano de Atividades.

Tiago Pita (Presidente da Mesa da RGA): Pergunta à aluna se ficou esclarecida e se não tiver ficado, para voltar a colocar a questão.

Déborah Andrade: Volta a frisar a questão de saber se a Associação pretende integrar os alunos no mercado de trabalho sem ser através de parcerias laborais e profissionais, mas sim pela via académica.

Catarina Preto (Presidente da Direção): Pede desculpa por se ter esquecido da questão e explica que já está a ser feito, sendo que irá ser realizado um moot court em parceria com a PLMJ onde irá também haver um estágio profissional, sendo que os alunos podem contar com mais iniciativas como esta.

Tiago Pita (Presidente da Mesa da RGA): Agradece e dá a palavra ao pedido de esclarecimento seguinte.

Rúben: Faz duas questões, uma em relação à internacionalização da Editora, tendo sido proposta de campanha, perguntando se já foram avançados alguns contactos com outras faculdades, nomeadamente com faculdades de países de língua oficial portuguesa, e outra relativamente à planificação do Plano de Atividades juntamente com os Núcleos, perguntando se há uma estimativa para o número de atividades a realizar com os mesmos.

Tiago Pita (Presidente da Mesa da RGA): Agradece e dá a palavra ao pedido de esclarecimento seguinte.

Matilde Pinhol: Pergunta como é que a Direção pretende conciliar a existência de uma Comissão ad hoc com a Comissão da Mesa da RGA, pois apesar de haver separação de poderes, os órgãos da AAFDL têm de comunicar entre si e os assuntos de que estas Comissões pretendem tratar acabam por coincidir.

Tiago Pita (Presidente da Mesa da RGA): Agradece e dá a palavra ao Tesoureiro, André Simões.

André Simões (Tesoureiro da Direção): Responde que quanto à internacionalização da Editora, embora ainda não haja protocolos assinados, já estão a ser feitos contactos há bastante tempo principalmente para países de língua portuguesa, sendo que o plano para o mandato será fazer o melhor planeamento possível para que os movimentos sejam os mais vantajosos para a Editora. Promete analisar as propostas com a maior atenção

possível e de muito provavelmente se avançar em breve para planos de expansão, que já estão neste momento a ser negociados.

Catarina Preto (Presidente da direção): Aborda a questão dos núcleos dizendo que sugeriu colaboração entre a AAFDL e os próprios núcleos, nas ações que são semelhantes. Diz que ainda existirão mais 2 ou 3 reuniões com os núcleos, tanto devido ao novo regimento que pretende fazer com os núcleos como por causa das futuras atividades.

Gonçalo Ribeiro: Recomenda mais dinâmica no programa dos "buddies" do que criar ligação entre duas pessoas, sob pena de um "buddie" ser usado para tirar duvidas causais sobre a vida em Lisboa, por exemplo, onde comprar droga.

Tiago Pita (Presidente da Mesa da RGA): Pede algum controlo nas intervenções e que as recomendações sejam feitas em jeito de intervenção.

Luís Pereira (Vice-presidente da Intervenção e Política Educativa): Em resposta a Rúben diz que a AAFDL tem uma reunião marcada com a Associação Académica da Faculdade de Direito de Bissau, para estabelecer uma parceria.

Rúben: Ainda sobre as reuniões que a presidente da AAFDL disse fazer em breve, questiona se essas reuniões serão abertas a todos os membros do núcleo ou apenas restringida aos membros da direção?

Catarina Preto (Presidente da Direção): Refere que foi chumbada, numa RGA anterior, a proposta de alteração estatutária no que aos núcleos diz respeito, por não ter havido comunicação com os próprios núcleos. Avisada no "bate-papo" do zoom, retifica a sua intervenção, afirmando que a proposta não foi votada. Em resposta à pergunta diz que os moldes da reunião ainda estão a ser estudados, dizendo apenas que está a ser pensada uma primeira reunião informal com todos os núcleos, com 2 representantes de cada. Finaliza ao confessar que gostou da sugestão da discussão ser em sede de RGA, abrindo as portas à opinião externa.

Tiago Pita (Presidente da Mesa da RGA): Aproveita o tema da revisão estatutária

para dar nota de que a Mesa irá abrir o período de revisão estatutária no 2º semestre, por um tempo razoável, dizendo que essa abertura será comunicada em breve.

Jeferson Nicolau (Presidente do Conselho Fiscal): Responde a Ruben, ao referir que na sua perspetiva deve haver 2 fases de audiência e consulta pública, para que todos os alunos possam participar. Diz ser algo desfavorável à hipótese de levar o tema a RGA devido a questões de agilidade, preferindo o estilo de consulta pública anteriormente invocado.

Rúben: Questiona se estas reuniões serão após ou antes do processo de revisão estatuária que os próprios núcleos estão a elaborar.

Catarina Preto (Presidente da Direção): Diz que não tendo ainda datas definidas, terá isso em consideração apesar de não considerar que esses processos internos sejam um entrave. Afirma ainda que o modo de comunicação com os núcleos neste mandato será diferente, pois não quer estar em contacto com os núcleos apenas quando está a correr mal.

Mónica Alves: Assume a responsabilidade do Cénico ainda não ter plano de atividades, dizendo que tem estado doente e o fará depois. Refere que baixaram o orçamento relativo ao Cénico e que quando se diz que recebe mais mil euros do que os outros núcleos, a realidade é que há mais de 2 anos que não recebe dinheiro por parte da AAFDL e que o encenador está a ser pago pelos próprios membros do Cénico.

Tiago Pita (Presidente da Mesa da RGA): Diz que ambos os pontos serão expostos, não havendo qualquer tipo de problema.

Luís Pereira (Vice-presidente da Intervenção e Política Educativa): Responde a Matilde, dizendo que a comissão ad-hoc atuará num momento posterior ao debate do assunto e à tomada de posição da Associação, o que não interfere com a Comissão da Mesa da RGA que atua antes da RGA.

Tiago Pita (Presidente da Mesa da RGA): Diz que não há incompatibilidades quando as comissões trazem benefícios aos alunos.

Duarte Martinho: Faz 2 pedidos de esclarecimento. O primeiro relativo à questão que Tomas Antunes levantou anteriormente, sobre o tema da Ordem dos Advogados, perguntando a Luís Pereira se não julga que será diferente entregar o documento um representante associativo ou com uma mobilização de estudantes. O segundo esclarecimento é sobre a ausência no plano do dia 24 de março, dia nacional do estudante, questionando se não se está a perspetivar nenhum tipo de mobilização em torno dos problemas do ensino superior, juntamente com outras associações.

Catarina Preto (Presidente da Direção): Responde a Duarte, relativamente à questão do Dia do Estudante, dizendo que tem sido algo que já falou com Luís Pereira e que há várias atividades a ser pensados, tendo de se arranjar uma forma de as conjugar.

Luís Pereira (Vice-presidente da Intervenção e Política Educativa): Diz, ainda sobre o Dia do Estudante, que há atividades a ser pensadas, como os debates periódicos e que a AAFDL ainda não conseguiu fazer a ligação com outras associações de estudantes, porque, por exemplo, em que Coimbra só tomou posse no dia 15 de dezembro. Admite que teria mais peso se a entrega do documento fosse feita por estudantes, mas que ainda não estão a preparar ainda uma manifestação, esperando a entrega do documento e a análise do Parlamento e do Bastonário sobre essa questão. Afirma que o documento deve ser entregue pelos estudantes todos, tantos os de Lisboa como os do Norte.

Tiago Pita (Presidente da Mesa da RGA): Finaliza o período dos pedidos de esclarecimento, abrindo os pedidos de intervenção.

Hélder Semedo: Dá os parabéns à direção pelo conteúdo do plano de atividades, pois nos últimos anos é o primeiro plano que contém as palavras "direito estudantil", "combatível", "luta" ou "manifestação", dando mérito por não se ter tido medo de utilizar estes chavões. Destaca o combate ao abandono no ensino superior, uma vez que há muitos colegas que o abandonam por não conseguirem pagar os custos. Realça ainda a temática da habitação, abordada no plano, referindo que, afinal, as verbas do Plano de Recuperação e Resiliência fazem da parte da modalidade de empréstimo, e não a dinheiro fundo perdido, apesar de a informação só ter sido divulgada há 2 semanas, o que inviabiliza o plano de alojamento estudantil que a Universidade de Lisboa tinha pensado. Diz ainda ter

gostado da expressão "somos responsáveis pelo que fazemos mas também pelo que deixamos de fazer, pelas lutas que travamos mas também por aquelas que a que renunciamos", que consta no plano de atividades, dizendo que é muito isso e elogiando o altruísmo, esperando que não seja apenas uma intenção.

Rúben: Parabeniza a direção por apresentar um plano de atividades que leva em consideração os núcleos como parte integrante da comunidade académica, que demonstra abertura e não faz orelhas mocas como a anterior direção. Sugere que os núcleos brasileiros e africanos sejam elos de ligação com os países de língua portuguesa e as suas faculdades. Deseja boas festas e termina dizendo que esta direção se assume como diferente, parabenezindo-a.

Tiago Fontez: Refere que vai em sentido oposto ao que disse Hélder Semedo, pois não parabeniza, antes fica à espera que seja feito. Até porque o que se valoriza é o elenco de algumas coisas e palavras e que no plano concreto as medidas são encher caixas de correio e criar comissões Ad-Hoc da RGA. Espera e que se desenvolva mais do que isso, porque precisamos de algo mais para considerar que esta direção é diferente das outras, aguardando por isso o futuro porque não quer fazer análises *à priori*.

Sobre a Comissão de Mesa da RGA e a Comissão Ad-Hoc, deixa claro que qualquer órgão pode criar comissões, referindo que a Comissão de Apoio à Mesa da RGA foi algo que a Mesa disse que ia criar com o objetivo de a apoiar na apresentação de temas, mas que a Comissão Ad-Hoc vai em perspetiva contrária pois retira assuntos da RGA.

Diz que se luta pela promoção da iniciativa estudantil mas que depois se retira a discussão do ponto onde ela deve existir, a RGA.

Refere que não tem sido normal que uma lista não eleja os órgãos todos, dizendo, novamente, que a Mesa não deve estar dependente da Direção. Defende que a Mesa deve ter a sua própria dotação no orçamento por uma questão de transparência, facilitando a Mesa a aceder a esses fundos. Deixa esta nota para o futuro, sugerindo a criação de "despesas adicionais", até porque há um artigo que as prevê. Refere que a Mesa não pode estar dependente de nenhum órgão para a divulgação das coisas, até porque a Mesa é independente e dirige um órgão, merecendo ter essa facilidade de publicação e divulgação, o que pode ter gastos e deve ser previsto.

Tiago Pita (Presidente da Mesa da RGA): Refere que o que foi mencionado por Tiago Fontez foi o motivo que levou à criação da Comissão de Apoio à Mesa da RGA, o apoio aos temas discutidos na RGA. Concorda com o que foi dito sobre a comunicação e que é algo que vai ser resolvido muito em breve em articulação com os vários órgãos, deixando a nota de que vai haver cooperação e que não vai alimentar o assunto.

Catarina Preto (Presidente da Direção): Diz que sobre política externa não são apenas palavras ocas, pois a Direção tem estado a criar relações com outras faculdades e outros dirigentes associativos, algo que foi atrasado pela tardia tomada de posse das associações. Refere que será marcada uma reunião com o Conselho Nacional de Estudantes de Direito para o início de janeiro para se falar sobre a questão da política externa.

Deixa em ata que se comprometeu com os alunos e com Duarte Martinho a trazer temas de movimentos estudantil para discussão em RGA, dizendo que é bom ter a Comissão de Apoio à Mesa da RGA pois estará empenhada em trazer os próprios assuntos, mas que a Direção também terá uma faceta bastante ativa neste aspeto. Sugere que a Comissão de Apoio à Mesa da RGA e a Comissão Ah-Hoc da Direção trabalhem em conjunto.

Diz a Tiago Pita que não vai deixar os assuntos escaparem e que conta com ele para a chamar à atenção sempre que necessário.

Tiago Fontez: Esclarece que a intervenção de Catarina Preto foi uma intervenção e não um pedido de esclarecimento, pedindo mais respeito pela RGA e dizendo que se todos arranjarem esquemas então a RGA alongar-se-á.

Sobre as questões de colaboração diz que todos os estudantes que vêm à RGA para trabalhar, unir esforços e fazer o melhor, dizendo que sempre pautou a sua presença nas RGA's, mesmo num ano em que esteve mais desaparecido.

Refere ainda que a intervenção de uma associação deve conformar-se sempre em matéria, em algo material.

Duarte Martinho: Diz que apesar de estar escrito que se "pretende combater uma política de empobrecimento do ensino superior", não se identifica o fundamento em que assenta esta política de empobrecimento, referindo o financiamento que assenta nas propinas, salientando que é isso que desculpa o Estado de realizar os investimentos necessários no ensino superior.

Hélder Semedo: Volta a dizer que a Universidade de Lisboa fez uma candidatura com vista a receber 40M€, verba prometida pelo Ministro do Ensino Superior, onde se englobava verbas para infraestruturas e investigação. O Governo reduziu a verba para os 22M€. Critica o Primeiro-Ministro porque assumiu um compromisso que não vai cumprir.

Do que leu defende que a atual direção está ciente dos problemas do Ensino Superior, o que não havia há muito tempo, embora possa não saber de momento os instrumentos a utilizar.

Salienta a necessidade de lutar pelos estudantes e pelos seus direitos, devido às verbas do PRR nesta questão estarem definidas em modelo de financiamento na modalidade de empréstimo, que impede o avançar do plano da Universidade de Lisboa.

Tiago Pia (Presidente da Mesa da RGA): Relembra que os pedidos de esclarecimento têm de acabar com uma pergunta e que devem apenas durar 1 minuto.

Nexus Faria: Diz que lhe parece que o plano de atividade está bem conseguido, sendo bastante factível e bastando a vontade de aplicar as medidas que considera serem muito concretas. Fala de uma revolução da nossa direção nos núcleos, pois pretende mostrar que estes também são parte da AAFDL.

Luís Pereira (Vice-presidente da Intervenção e Política Educativa): Volta à questão da Comissão Ad-Hoc. Refere que a direção pretende trazer a luta estudantil aos alunos, através de os alunos terem uma palavra a dizer nessa luta, nessa comissão, elaborando os documentos, e não apenas a Associação.

Tiago Fontez: Relembra que se quer entregar a luta estudantil aos estudantes mas que depois se pretende criar uma comissão que retire o momento do debate da RGA para criar um momento à parte com um núcleo restrito, que chega a menos pessoas. Pergunta se faz sentido e se a direção não quer rever a criação Ad-Hoc em prol da discussão em RGA.

Jeferson Nicolau (Presidente do Conselho Fiscal): Formula um pedido de esclarecimento, dirigindo o mesmo à Marta e ao Tiago Fontez, após intervenção do Tiago Pita, Presidente da Mesa da RGA, no sentido de direcionar o mesmo de forma mais

precisa. O pedido de esclarecimento consistia sobre como se pode pôr em prática o que é deliberado em RGA. Utiliza o exemplo da organização de uma manifestação, que envolve uma série de procedimentos e leis que têm que ser respeitados.

Tiago Pita (Presidente da Mesa da RGA): Salienta a importância do assunto que constituí a intervenção anterior, mas aponta que, no momento, se está a discutir a apresentação e aprovação do Plano de Atividades, não sendo a ocasião adequada para se estar a discutir o tema. No entanto, permite que o Tiago Fontez responda ao pedido de esclarecimentos do Jeferson Nicolau, Presidente do Conselho Fiscal.

Tiago Fontez: Reforça o que foi dito pelo Tiago Pita, dizendo que não se deve discutir o tema em si, no momento em questão. Comenta apenas que o conteúdo do Plano de Atividades deve ser executado e toca também no assunto das Comissões, apelando a que as mesmas não funcionem para esvaziar a competência da RGA. Por fim, apela que não haja confusão intraorgânica no momento das respostas, para evitar que órgãos respondam a perguntas dirigidas a outros.

Tiago Pita (Presidente da Mesa da RGA): Pede desculpa e explica o porquê de não deixar a aluna Déborah Andrade intervir (que entretanto tinha feito uma entrada para pedido de esclarecimentos), remetendo para a sua anterior intervenção a justificação. Procede ao fecho da sala da credenciação para dar início à votação do Plano de Atividades.

Rúben: Questiona o porquê da aluna Déborah ter interpelado a Mesa e o Presidente da Mesa não lhe ter dado a palavra. Tiago Pita afirma não ter percebido que a interpelação se dirigia a Mesa mas, após esclarecida a confusão, dá a palavra a Débora.

Déborah Andrade: Afirma que, por ter que se ausentar, questionou em mensagem privada para a Inês Silva, Vice-Presidente da Mesa da RGA, se poderia fazer uma declaração de voto antecipada. Este pedido foi negado, questionando-se a aluna do porquê, visto que está previsto no regimento interno da Mesa da RGA.

Tiago Pita (Presidente da Mesa da RGA): Reconhece que o direito está previsto nos estatutos, mais precisamente no art. 23º do regimento interno da Mesa da RGA, mas

aponta também que o mesmo está sujeito a uma série de requisitos que têm que ser preenchidos. No entanto, nota que na RGA presente, os requisitos elencados não podem ser de todo observados, não podendo o mesmo ser invocado, de forma excecional, nesta.

O Plano de Atividades 2021/2022 foi aprovado com 158 votos a favor, 0 votos contra e 50 abstenções.

Declaração de voto de Alexandra de Oliveira

"Abstive-me no voto quanto ao plano de atividades da direção por julgar que este é um plano de atividades que não é coerente nem concretiza as promessas feitas em campanha da atual direção.

Quero também deixar em ata, se possível, o desrespeito que considero ter havido por parte da atual direção e a falta de vontade de trabalhar em equipa com a Mesa, demonstrado no comunicado da direção aquando do adiamento da RGA."

Declaração de voto de Afonso Manuel Beirão

"Eu, Afonso Beirão, estudante n.º 66507, declaro que me abstive na votação do plano de atividades.

1. apesar de uma leitura prévia do plano de atividades me levar a votar contra o plano de atividades em discussão, nomeadamente pela falta de menção e de ação planeada para datas tão importantes como o dia do Estudante e o 25 de Abril, ou em torno das questões da OA e as propinas, as palavras dos dirigentes associativos da direção levam-me a abster. É um voto que confia nas suas palavras combativas, de que vão cumprir com o que dizem, apesar de não estar escrito."

5. Apresentação e discussão do Orçamento

Tiago Pita (Presidente da Mesa da RGA): Enuncia como este momento da RGA se irá desenrolar, explicando que, num primeiro momento, a Catarina Preto (Presidente da Direção) terá a palavra, sendo depois seguida pelo Tesoureiro da Associação, André Simões passando depois para a apresentação do parecer do Conselho Fiscal, apresentado

pelo Jeferson Nicolau, Presidente do Conselho Fiscal. Acaba dando à palavra à Catarina Preto (Presidente da Direção).

Catarina Preto (Presidente da Direção): Começa por dizer que, por razões de tempo, teve que dividir com o André Simões, Tesoureiro da Associação, a elaboração do orçamento. Afirma ter estado presente nas reuniões com todos os núcleos e ter reunido com todos os treinadores.

Começa por falar da empresa de contabilidade: diz que a empresa que atualmente trabalha com a AAFDL não entende o escopo da associação, dizendo que será necessário marcar uma reunião com a mesma para se suprir algumas questões a nível de trabalho. Diz que a informação, dentro da própria associação, está muito dispersa dizendo que se irá fazer um inventário de forma a concentrar toda a informação em causa, não só para uma questão de organização da Direção atual, mas também para ajudar os futuros dirigentes.

Justifica também a demora da elaboração do orçamento no facto da falta de informação prévia: afirma que, desde o mandato anterior, se concordou que os emails seriam sempre os mesmos porém diz que, ao receber o acesso a esses mesmos emails, estes estavam vazios.

Fala depois do estado atual das contas da associação. Começa por diz quer, ao longo dos primeiros dias, foram chegando informações e dívidas que foram depois comunicadas aos núcleos, nas reuniões da direção com estes. A presidente diz que, quer a própria, quer o Tesoureiro falaram também com dirigentes anteriores, como o ex-presidente Francisco Sant'Ana, ex-tesoureiro Tomé Baptista Cardoso e o ex-tesoureiro Miguel Cruz sobre a questão.

De seguida, aproveita a sua intervenção para dar aos sócios e associados presentes uma ideia concreta das contas da associação, fazendo uma análise comparativa com o cenário em 2018: na altura, a AAFDL tinha 400.000 euros na conta-poupança, neste momento tem um pouco menos de 200.000 euros; em 2018, na conta da Caixa Geral de Depósitos, a AAFDL possuía à volta de 200.000 euros, tendo, atualmente 56.000 euros; por fim, na conta Santander, a AAFDL possuía cerca de 100.000 euros, tendo, ao dia da RGA, menos de 20.000 euros.

Diz que grande parte do cenário atual se deve à pandemia de Covid-19 que os anteriores mandatos atravessaram. No entanto, afirma que uma parte do dinheiro perdido ainda não possui justificação, sendo que a atual direção está a direcionar esforços para a encontrar. A presidente caracteriza a situação financeira da associação como sendo delicada.

Passa a explicar brevemente o papel do Conselho Fiscal na relação com a Direção. Diz que o órgão deve ter acesso às contas, de forma abstrata, de forma a poder fazer uma fiscalização mais precisa, para evitar que a Direção comenta erros.

A Presidente fala depois sobre as reuniões que a mesma, representando a Direção, teve com os núcleos da AAFDL. Diz que, por uma questão de responsabilidade de foro financeiro, não se podia orçamentar por cima. Assim, a Direção assume o compromisso de, com todos os núcleos, exceto o cénico (por não ter conseguido reunir com o mesmo, dizendo que, para não deixar a situação deste núcleo fragilizada, fez um "orçamento-rede", apelando no entanto a marcação de uma reunião) de cumprir o orçamento apresentado.

A Presidente volta a falar do Conselho Fiscal, dizendo que irá recorrer muitas vezes ao mesmo, em questões como as festas, dizendo que irá apresentar valores reais, pedindo pareceres ao órgão fiscalizador e apresentado depois todas as contas aos alunos no final do mandato para que não haja dúvidas e para se protegerem financeiramente.

Prossegue, falando sobre a situação com os treinadores sob contrato com a AAFDL, dizendo que falou com todos devido ao facto de haver valores por receber e contratos por assinar (explicitando que a ex-vogal do Desporto, Leonor Pereira, fez questão de os contratos serem assinados mas, por questões particulares, um número muito reduzido tinha ficado por assinar).

André Simões (Tesoureiro da Direção): Começa por elogiar o facto da AAFDL e do associativismo no geral terem alcançado bastante. Faz o reparo de, embora a situação atual vivida não ser a melhor, a AAFDL continua a possuir várias vertentes - associativa, empresarial e editorial (fazendo especial menção à editora, mencionado o seu lugar como segunda maior editora jurídica a nível nacional) – e que a associação não pode descurar as mesmas.

Faz um apelo que não se esqueça o papel centenário da associação e faz um apelo aos atuais dirigentes associativos que saibam que irão ter um papel importantíssimo para o futuro da AAFDL.

Prossegue falando sobre as dívidas que a associação possui, e diz que, por causa das mesmas, poderá ser necessário recorrer às reservas para se manter uma situação estável. Reforça o impacto que a pandemia vai continuar a ter nas finanças da associação e apela à reflexão sobre o que pode ser feito para minimizar o impacto da mesma.

O Tesoureiro passa a falar então sobre o conteúdo do orçamento: diz que os valores foram conseguidos através de um trabalho cooperativo, sobretudo com os funcionários da AAFDL; depois, menciona a cooperação com os contabilistas, reforçando o que foi dito pela Presidente Catarina Preto sobre a dificuldade destes em perceber o escopo da associação; por fim, menciona, agradecendo ao mesmo, o Conselho Fiscal, dizendo que o trabalho do mesmo serviu já para colmatar algumas falhas que conseguiram já ser corrigidas. Diz que o Orçamento apresenta valores conservadores, no sentido de que todos os valores apresentados são tendo em conta um cenário desfavorável ao longo deste mandato, assumindo que corre tudo mal.

Prossegue a falar da divisão tripartida da AAFDL: quanto à vertente associativa, o orçamento prevê uma política de forte investimento, tendo em conta um equilíbrio, por um lado, a grandeza da associação, por outro, o estado financeiro da mesma. O objetivo prevê um sistema de autofinanciamento, criando medidas nesse sentido, de forma a uma maior autonomia da AAFDL; quanto à vertente empresarial, fala sobre a criação de mecanismos que permitam uma maior transparência da associação, referindo exemplos, como a venda de livros e todo o processo e regulação envolvido no processo desta atividade. O tesoureiro continua, dizendo que, em concreto, o objetivo é simplificar os procedimentos da associação. Ainda neste campo, fala sobre a expansão da AAFDL, dizendo que irá permitir situações em que, quer a associação, quer a contraparte, saiam a ganhar; quanto à vertente editorial, fala sobre a importância da presença digital, referindo o site e a necessidade de investir no mesmo (referindo que será uma discussão que terá que ser feita posteriormente). Refere também a importância da editora apostar quer nos alunos da FDUL, quer nos professores da mesma que publicam livros não descurando, no entanto, a possibilidade de trabalhar com outros autores.

Falando em especial da internacionalização da editora, o tesoureiro defende que se deve ter em conta o que já foi feito nesse campo, sobretudo em relação a determinados países. No entanto, diz também que é possível fazer mais e explica que se tem reunido com professores para ajudar nesse sentido. O objetivo é implementar a presença da editora nos PALOP (Angola, Brasil, Guiné-Bissau). Volta a referir a importância de melhorar a experiência online da editora, no sentido de conseguir aceder à mesma como de adquirir produtos da mesma.

Acaba o discurso fazendo um resumo do que foi dito, defendendo que a atuação da AAFDL, no mandato presente, se deve pautar por uma defesa do que já foi feito mas

sobretudo pela implementação de mecanismos que irão não só ser úteis para os órgãos da atual associação mas como para os futuros.

Tiago Pita (Presidente da Mesa da RGA): Agradece quer à Presidente Catarina Preto como ao Tesoureiro André Simões, explicando que se irá juntar de seguida, no momento atual da RGA (apesar de aparecerem em pontos separados no PAOD), a apresentação do parecer do Conselho Fiscal, dando a palavra ao Presidente do Conselho Fiscal, Jeferson Nicolau.

Jeferson Nicolau (Presidente do Conselho Fiscal): Explica que, para a realização do parecer, foi feita uma análise dos anteriores orçamentos e relatórios de contas anteriormente apresentados, mais especificamente até ao mandato de 2017/2018, visto que são os que se aproximam mais da atual atuação da AAFDL, quer na apresentação de contas, quer nos mecanismos utilizados.

Diz que, após esta análise, o Conselho Fiscal prosseguiu a fazer uma série de perguntas à Direção em relação ao Orçamento apresentado, como a diminuição dos valores relacionados ao site, diminuição do valor pago aos concessionários, falta de discriminação do montante previsto para o GAP, etc....

Prossegue a falar sobre a estrutura do Orçamento apresentado, dizendo que o mesmo apresenta uma estrutura semelhante à que foi utilizada nos orçamentos de mandatos anteriores, sendo o mesmo separado em 2 momentos: um que trata das despesas e receitas gerais da AAFDL, e outro onde constam o impacto financeiro de cada um dos departamentos. Repara que esta técnica de orçamentação é utilizada tanto para o setor associativo como para o setor editorial e empresarial.

Salienta que há uma maior aproximação dos valores apresentados no Orçamento com os valores efetivamente que costumam constar dos relatórios de contas. Passa a falar de valores concretos, dizendo que o orçamento apresenta uma previsão de despesas totais de 885 mil euros, praticamente todas no campo das atividades. Quanto às receitas, prevê um valor de 869 766, 82 euros.

O Presidente do Conselho Fiscal passa a relatar a sua preocupação com a tendência que, quer os resultados, quer as receitas têm para diminuírem de orçamento para orçamento remetendo, como causa, para o que já foi dito pela Presidente da Direção sobre a perda de poupanças que a AAFDL tem vindo a experienciar. Face a isto, o Presidente do Conselho Fiscal defende que a atividade da associação deve ser pautada por uma

preocupação e responsabilidade especial pelo fluxo de caixa, o critério principal de insolvência.

Continuando a falar, mais especificamente, acerca dos gastos, o Presidente do Conselho Fiscal nota que o Orçamento apresenta uma maior projeção de gastos do que qualquer outro Orçamento já apresentado. No entanto, nota que esta projeção se aproxima mais dos valores que efetivamente constam dos relatórios de contas anteriores e que, os orçamentos anteriores, face a estas, falham as suas projeções por 100 000 a 200 000 euros. Contando com isto tudo, o Presidente considera a situação como positiva, defendendo que se começa o mandato com uma maior honestidade e responsabilidade face às despesas e que há um maior conhecimento dos eventuais riscos.

Passa então a falar dos gastos exato com os departamentos, que são constituídos por um valor de cerca de 158 825 euros, voltando a explicar que este valor, apesar de mais elevado do que os respetivos passados, tem uma razão de ser semelhante com o valor apresentado para os gastos gerais, sendo um valor muito mais próximo da realidade.

Continua, para algumas questões específicas relativas a departamentos: quanto às festas orçamentadas, realça que a tendência tem sido a que outros departamentos que não o recreativo promovam e façam atividades desse tipo (aproveitando para justificar a expressão empregue no parecer "festas não-recreativas"). Para além disto, realça que o orçamento, quanto a esta questão específica, volta a apresentar números muito elevados para as atividades recreativas e lembra que o último orçamento que apresentou valores semelhantes foi marcado por um prejuízo de à volta de 40 000 euros, refletido no relatório de contas do mandato de 2019/2020. Mostra preocupação dizendo que, caso volte a ocorrer uma situação semelhante, as finanças da associação irão ficar automaticamente no "vermelho", reforçando o apelo ao cuidado da gestão das festas.

Quanto ao acompanhamento académico, o Presidente do Conselho Fiscal remete para o que foi dito pelo Vice Presidente da Intervenção, Luís Pereira.

Passa a falar sobre o departamento do Desporto, notando que o mesmo tem a maior projeção de gastos de todo o orçamento. No entanto, esta projeção é mais baixa do que tem sido apresentada nos outros anos, parecendo ao Conselho Fiscal aproximar-se mais dos valores relatados nos relatórios de contas. O Presidente do Conselho Fiscal faz depois um reparo, dizendo que nos relatórios de contas não são apresentados os valores do que realmente é pago aos treinadores apesar de serem orçamentados. Passa a fazer uma consideração pessoal, dizendo que este departamento é o mais bem orçamentado.

Apresenta a questão, que considera dúbia, do orçamento em relação ao site, apontado que, em alguns departamentos, abrangem as mudanças ao site no seu orçamento enquanto outros não o fazem, podendo estarem presentes situações de suborçamentação ou, pelo contrário, dupla orçamentação.

Foca-se agora numa questão relativa ao departamento do Pedagógico (fazendo também referência ao departamento do DAPA), dizendo que, nas partes do orçamento relativas a este departamento, podem não estar orçamentadas todas as atividades que irão ser feitas, fazendo aumentar a despesa prevista.

Acaba o seu discurso fazendo um balanço geral, dizendo que este orçamento tem um maior cuidado com a realidade financeira da AAFDL, dizendo que o mesmo procura fazer uma aproximação aos valores que têm sido apresentados nos relatórios de contas anteriores. Considera que, com algumas exceções já apontadas, o orçamento atribui os recursos necessários às atividades que a AAFDL em mandato se propõe a fazer, de forma coerente. Refere até que, na situação relativa ao Pedagógico e ao DAPA, as atividades não orçamentadas são exequíveis, desde que feitas com transparência para com os alunos. Passa a falar sobre a verificada diminuição das fontes de rendimento (diminuindo as rendas aos concessionários, a venda de mercadorias e as quotas de sócia), dizendo que se devia efetuar também, no mesmo sentido, uma redução das despesas e das atividades propostas. Diz então que o grande desafio desde mandato, a nível financeiro, será ver se a diminuição das fontes de rendimento irá conseguir acompanhar o aumento das atividades, visto que os últimos relatórios de contas têm sido marcados por uma projeção de erros em relação aos seus orçamentos.

Acaba, dizendo que o parecer do Conselho Fiscal é favorável, referindo apenas recomendações feitas por este mesmo órgão à Direção, no sentido de um controlo financeiro mais atento.

Tiago Pita (Presidente da Mesa da RGA): Agradece a intervenção de Jefferson. De seguida, refere que o momento posterior da RGA é o dos pedidos de esclarecimento.

Mónica Alves (Representante do Núcleo Cénico de Direito): Deseja ser esclarecida acerca do motivo pelo qual o orçamento do Cénico teve de ser feito por baixo. Refere que o encenador não é para dissimular o dinheiro que o Cénico recebe. Outra questão proferida por Mónica diz respeito ao facto do Cénico de Direito não receber nada do orçamento há 2 anos, feitos em outubro, incluindo o Pedro – encenador. Por que razão é

que, no comunicado, está estipulado que o Cénico não tem relevância e que o Pedro está para dissimular fora do núcleo. Sendo que o mesmo é funcionário da AAFDL. Questiona ainda se a AAFDL vai pagar tudo o que devem ao encenador.

Catarina Preto (Presidente da Direção): Primeiramente, agradece a Mónica por esta lhe ter colocado estas questões. Considera ainda imprescindível a marcação de uma reunião com a mesma. Refere que todos os núcleos foram orçamentados por baixo, e que o Cénico acabou por ser dos mais visados, pois este não concedeu plano de atividades, nem orçamento. Reforça ainda o facto de terem de marcar uma reunião de modo a que se consiga chegar a um consenso entre ambos.

Jeferson Nicolau (Presidente do Conselho Fiscal): Refere que a importância do Cénico não está a ser posta em causa. Reforça a ideia de que o orçamento de todos os núcleos teve de ser reduzido, tendo em conta a situação atual da AAFDL. Informa que o dinheiro que é gasto no Cénico, vai muito para além dos 300€, ascendendo aos 2300€. Visto que o dinheiro que é gasto no encenador também é um investimento no Cénico. Salienta ainda os valores que foram gastos pela associação no Cénico, no anos subsequentes (2017/2018 − 2051€; 2018/2019 − 5334€; 2019/2020 − 4199€) e que estes serviram de molde para a criação do novo orçamento.

Mónica Alves (Representante do Núcleo Cénico de Direito): Faz referência ao facto de haver uma irregularidade/incongruência entre os valores que foram pagos ao Cénico e os que constavam na prestação de contas feita pela AAFDL. Refere que os dirigentes associativos fazem referência a valores que jamais chegam a ser aqueles que o Cénico acaba por receber. Pedindo encarecidamente à associação para mostrar as transferências que realizaram para o Cénico. Por fim salienta o facto de ser impossível o Cénico realizar as suas atividades com 300€.

Catarina Preto (Presidente da Direção): Mostra-se estupefacta com os factos descritos por Mónica. Refere, outra vez, o seu pedido encarecido de reunião com o Cénico.

Pedro Estevens: Coloca duas questões a Catarina: quais foram as questões endereçadas pela direção ao Conselho Fiscal sobre a gala de Natal? Esse parecer foi pedido em tempo útil de poder realmente valorar para a decisão da direção de realizar a Gala de Natal ou

se apenas serviu como uma legitimação à ultima da hora para a realização da Gala de Natal?

Outra questão, desta vez, direcionada ao Jeferson diz respeito a: qual foi o veredicto do Conselho Fiscal? Qual é que é a técnica da leitura que fazes da evolução da divida da associação?

Catarina Preto (Presidente da Direção): Refere que a sua comparação diz respeito à diferença de valores na conta poupança entre os anos de 2018 e 2021. Até 2018, nunca se tinha mexido no valor da conta poupança. Durante a pandemia, a associação teve de recorrer a essa mesma conta para pagar as dívidas a fornecedores. De seguida, menciona que o período entre a tomada de posse e a RGA foi curto (16 dias, apenas) e, por isso, não teve tempo para que no dia 16 tivesse tudo tratado, de modo a que a RGA pudesse ter acontecido. Em relação à Gala de Natal, menciona que tanto o espaço, como o catering já tinham sido previamente pagos. Ao todo, já se tinha gasto cerca de 8000€. Refere que só se Soube dia 15 que a RGA do dia 16/12/2021 não se iria realizar, depois dos três presidentes dos órgãos terem conversado sobre o assunto. Como tal, a Direção pediu um parecer ao Conselho Fiscal para que a gala pudesse ter acontecido, visto que era uma festa que não estava orçamentada.

Jeferson Nicolau (Presidente do Conselho Fiscal): Primeiramente, menciona que as informações que catarina descreve anteriormente não correspondem necessariamente à realidade. O presidente do Conselho Fiscal considera que, segundo os estatutos da AAFDL, o CF está encarregue de responder aos pareceres da direção e, por isso, é que respondeu ao parecer. Faz referência ao conteúdo do parecer, de modo a realçar as diferenças que o mesmo e o discurso de Catarina têm. Menciona que o CF teve de aceitar e dizer que sim ao parecer. Respondendo diretamente a Pedro, Jeferson menciona que o seu órgão se debruçou sobre a legitimidade, mas que a decisão final foi positiva.

Tiago Pita (Presidente da Mesa da RGA): Pergunta a Pedro se ficou esclarecido com a justificação de Jeferson.

Pedro Estevens: Agradece a Jeferson por este disponibilizar o parecer e por ter sido esclarecido em grande parte das questões, mas refere que não ficou esclarecido em relação a uma questão: O que é que a Direção pretendia com isto? Se era uma legitimação dos

gastos ou se a intenção era outra. Pergunta diretamente a Catarina: "sendo este pedido no dia anterior ou dias antes da festa, como é que a Direção da AAFDL contornaria caso o parecer tivesse sido rejeitado pelo CF?"

Catarina Preto (Presidente da Direção): Reitera a ideia já previamente referida. Catarina pediu o parecer ao Conselho Fiscal por dois motivos: primeiro, desejava saber qual era a opinião do CF sobre esta despesa em si; segundo, tinha a intenção de saber se era pertinente ou não a realização da festa. Menciona que, caso o parecer tivesse sido negativo, teria de se reunir com os restantes membros da direção para saber qual a melhor decisão a tomar de modo a que a associação não fosse desfavorecida.

Pedro Estevens: Considera que a justificação de Catarina não foi suficiente para a questão colocada, visto que a Presidente da AAFDL desvalorizou o possível cenário relativo à nega do parecer por parte do Conselho Fiscal, que, segundo Pedro, era uma hipótese bastante plausível.

Francisco Sousa: Pergunta ao conselho fiscal em que dia é que foi realizada a reunião e emitido o parecer desse mesmo órgão. Questiona ainda se a votação foi unânime ou não. De seguida, interroga a Direção se os 7000 € que constam no orçamento relativos à gala de natal contemplam a gala de natal de 2021 e a gala de natal de 2022. No fundo, o cerne da questão colocada por Francisco é se este valor - 7000€ - terá de ser dividido por dois ou se agora é só por uma pois já têm um parecer antes.

Tiago Pita (Presidente da mesa RGA): Agradece a intervenção de Francisco. Menciona que o período para pedidos de esclarecimento está fechado e conta até ao António Pestana.

Alexandra de Oliveira: Refere que não vê dinheiro nenhum orçamentado para a saúde mental, ainda para mais tendo sido uma área tão mencionada durante a campanha. Pretende saber se está orçamentado, e caso esteja onde é que se encontra. Menciona que existem 25000 € discriminados com comparticipação da faculdade. Indica que não sabe se estes 25000 € são os mesmos de apoio à ação social, e caso sendo, por que é que só restam depois 2000€ de esforço da própria associação. Por fim, pretende ser esclarecida em relação aos 10000 € que estão orçamentos para telecomunicações e correio e os 5000€ em viagens e estadias.

(Entretanto, Jeferson Nicolau não conseguiu ouvir a pergunta de Francisco Sousa e, por isso, este teve de repetir as suas questões).

Jeferson Nicolau (Presidente do Conselho Fiscal): Menciona que lhe foi comunicado logo no dia em que se deu o adiamento da RGA e desde aí começou-se a falar sobre a questão e a trabalhar o parecer. Refere que, efetivamente, só tiveram uma reunião em que estiveram todos reunidos, que foi no dia 17 de dezembro de 2021. A votação do parecer foi unânime, ou seja, todos os membro do Conselho Fiscal votaram positivamente o parecer. Em relação à última questão, o Presidente refere que como a despesa já integrou uma despesa não orçamentada não faz sentido esta despesa integrar o orçamento.

Catarina Preto (Presidente da Direção da AAFDL): a Direção não decidiu orçamentar a Despesa da gala de Natal no orçamento, pois conclui que a mesma não faria sentido. Reitera ainda que pretende que os valores relativos à Gala de Natal têm de integrar o Relatório de contas, que conta com a sua assinatura, assim como a do seu tesoureiro.

Luís Pereira (Vice-Presidente da Intervenção e Política Educativa): Respondendo à pergunta de Alexandra, Luís começa por dizer que o salário de Marta integra os salários da AAFDL. Refere que a abordagem da AAFDL vai ser feita por duas vias: preventiva e normal. A via preventiva engloba podcasts, publicações no Instagram e uma conta Zoom (visa a integração dos alunos do 1º ano). A conta zoom vai incidir no horário de consultas da Dra. Marta e vai ser comparticipada pela Faculdade e a conta utilizada vai ser a da associação. Como não saíram os protocolos do IFP e não se sabe qual vai ser a comparticipação da faculdade, a associação achou por bem não colocar uma valor estimativo, pois não haveria dados concretos para o mesmo.

André Simões (Tesoureiro da Direção): Esclarece a pergunta da aluna Alexandra, agradecendo as perguntas sobre os valores e diz que quando estava a estruturar o orçamento, lhe comunicaram as questões dos valores, e uma das primeiras perguntas que ele lhes fez, afirmando que efetivamente os valores em telecomunicações e correio parecem ser elevados.

Passando a explicar que o valor corresponde basicamente são referentes aos custos empresariais/editoriais para a associação. Quando se envia livros para os autores, são a própria telecomunicação da editora que enviam. Este explica como a estrutura funciona,

dando o exemplo de uma revista jurídica ou de Direito Penal, tendo um autor que é Alemão, outro Norte Americano, a Associação tem de enviar um exemplar para o autor e para cada um daqueles que escreve. Sendo essa parte necessária e cara, mas este continua e afirma que, não se consegue um grande autor sem lhe enviar um exemplar. Faz parte de todas as editoras e é um investimento que tem de ser feito, mas no fim do ano corresponde ao gasto de dez mil euros, fora as questões das telecomunicações, que não tem impacto particularmente grande.

O tesoureiro continua a esclarecer, mas neste ponto quanto aos cinco mil euros para viagens. Diz que ia dar uma garantia que este valor parte do pressuposto de uma política de intervenção mais ativa, quer em nível de expansão da editora, que a nível de relações com outras associações. Mas reforça que de sua parte esses gastos serão controlados ao máximo que puder, e se vier a existir alguma estadia que seja necessária para protocolo em um determinado sítio, que será procurado em minimizar esses gastos, acrescentando ainda que ele será o primeiro a exigir que não haja gastos desproporcionais, uma vez que não há problema de ficarem em pensões, comerem comidas baratas e assim, servirem a AAFDL e não se servirem dela. Lembrando ainda que foi essa mensagem passada aos respectivos vogais e a atual direção. Ainda diz que acha que esse valor acaba por ser um investimento, uma vez que parte do pressuposto que existira uma política externa ativa, garantindo que a nível interno será controlado.

Catarina Preto (Presidente da Direção): A presidente acrescenta rapidamente um exemplo concreto da situação a qual o Tesoureiro André Simões estava a dizer anteriormente. Diz que foi orçamentado efetivamente essa despesa, por uma questão de segurança, mas esta diz que ela, junto com o Vice-presidente de Intervenção Luís Pereira iam ao "ENDA Minho" e tomaram a decisão de ficar na casa de um familiar do Luís, para não terem de gastar com hotéis. E ainda quanto os gastos de comida, referiram que não seria gasto, teriam como gasto apenas a gasolina. Esta utilizou o exemplo para referir o tipo de postura que será adotada pela atual direção, lembrando que não há necessidade de grandes luxos uma vez que estão em representação da AAFDL.

Tiago Pita (**Presidente de Mesa Da RGA**): Pergunta ao Francisco Sousa e à Alexandra, se estavam esclarecidos.

Alexandra de Oliveira: Volta a perguntar a Presidente da AAFDL sobre os vinte e cinco mil euros em comparticipação com a faculdade em si, se era curiosamente os vinte e cinco mil de apoios indiretos da ação social, perguntando também até que ponto que estão a funcionar e se restam somente dois mil e duzentos euros de apoio da AAFDL na ação social.

Francisco Sousa: Diz estar esclarecido quanto as dúvidas colocadas e pede para acrescentar um conselho a Direção, quando se refere aos gastos em atividades de política externa da AAFDL.

Catarina Preto (Presidente da Direção): Inicia respondendo à questão colocada pela aluna Alexandra, respondendo que não. Esta acrescenta que os valores da Ação Social é uma coisa e o valor dado pela faculdade à AAFDL é outra. Deixando a nota ao Francisco Sousa que percebe perfeitamente o conselho que foi proposto, mas que ela pessoalmente, como já viu situações desagradáveis quanto a este assunto, tomarão essa política. O que não significa que quando forem em algum sítio em representação da AAFDL vão deixar de pedir dinheiro para comida e gasolina, e quando não tiverem casa para ficar, também não pagarão de seus bolsos (adicionando que não é preciso ser rico para ser dirigente), mas que é uma opção que a direção atual tomou como forma de salva guardar de qualquer questão levantada sobre este assunto. Termina por perguntar ao Tesoureiro André Simões se esse não gostaria de explicar melhor a resposta à questão da Alexandra.

André Simões (Tesoureiro da Direção): Inicia por dizer que os vinte e cinco mil euros não são vinculados, ou seja, a faculdade não diz no que deve ser gasto, mas este acrescentou que a ação social é uma prioridade para a AAFDL, reconhece o papel que essa frente tem tido, e continuar isso é essencial. Termina por dizer que o valor colocado no orçamento é um valor que estes acreditam que fará a diferença.

Tiago Pita (Presidente da Mesa da RGA): Abre espaço para mais esclarecimentos, dando espaço para Nexus Faria e Caio Escobar.

Nexus Faria: Uma vez que há uma comparação da situação financeira da AAFDL do ano de 2018 para o ano de 2021, este diz querer perceber por que que a AAFDL não apresentou as informações, e dando agora a entender que houve uma redução significativa do patrimônio financeiro da AAFDL, se durante a gestão da pandemia terem sido

apresentadas uma gestão positiva. Nomeadamente quanto o ano anterior, tendo um saldo positivo por volta de setenta e nove mil euros. Ainda questiona o porquê agora existe uma sensação da AAFDL estar em uma situação crítica? Direcionando sua questão diretamente ao Tesoureiro, Presidente do Conselho Fiscal e Presidente da Direção da AAFDL.

André Simões (Tesoureiro da Direção): Inicia por dizer sobre a sensação de a situação financeira da AAFDL parecer estar delicada somente agora, mas diz que pode ser uma estratégia de comunicação para não estar a preocupar os alunos. Passando então para o ponto da atual situação financeira, explica que passamos por uma pandemia e que isso causou um impacto nas contas da AAFDL, sendo assim, a atual Direção partiu do pressuposto que isso afetou de forma significativa as contas. Na medida em que as receitas diminuem e as despesas aumentam é que a situação da AAFDL seja pior. Ou seja, no momento que a livraria estava fechada e que as despesas aumentem, afirmando assim qual é o Estado das contas atualmente, e quanto ao antes, houve o constrangimento pandêmico e mais do que isso a atual direção não consegue responder, acreditando na boa fé das pessoas que antes estiveram na AAFDL. Deixando destacado que o fechamento das livrarias, que é o principal ativo da AAFDL afetou gravemente as contas, mas que não cabe especular a outras situações, tão somente comunicar o estado das contas.

Catarina Preto (Presidente da Direção): Incialmente, afirma que para além do que o tesoureiro André Simões já tinha dito (que não cabia falar de outras direções), acrescenta que todos os mandatos têm suas especificidades e seus problemas, e mesmo contabilisticamente a contabilidade conta como ativo, e que por exemplo, livros que ainda não foram vendidos (em estoque), mas na verdade é passivo. Continua a dizer que situações como essa acabamos por ter noção mesmo no dia a dia. Sendo assim, é normal que os orçamentos estejam insuflados no relatório de contas porque não acompanha a parte associativa e muitas vezes na parte empresarial.

Jeferson Nicolau (Presidente do Conselho Fiscal): Este começa por referir que não sabe uma vez que não esteve lá, mas acrescenta que estudou o relatório de contas e que retirou disso que a situação que a AAFDL vai estar dois/três meses depois pode não estar igual ao momento em que o relatório foi apresentado, adicionando ainda que se vermos bem temos um saldo de setenta mil euros, mas que depois isso as dívidas só sobem e que

apareça uma dívida que diminui sensivelmente o valor. Há além disso, esse ato temporal entre o momento que o relatório de contas é aprovado e o momento que é discutido o orçamento sem ter em vista efetivamente do que aconteceu, sendo que isso deve ser levado em consideração.

Tiago Pita (Presidente da Mesa da RGA): Refere que o Francisco Sousa quer responder na qualidade de ex dirigente, sendo-lhe assim, concedendo a palavra.

Francisco Sousa: Inicialmente referiu uma pergunta ao André Simões e uma correção a Catarina Preto. O seu raciocino começa pelo exemplo dos livros (anteriormente utilizado pela Presidente), explicando que os livros na livraria são considerados ativos e não passivos como por ela referido, contabilisticamente isso não estaria correto. Ainda nesse sentido, acrescentou que a atual direção esta a trabalhar com a mesma empresa de contabilidade do mandato anterior trabalhou e oque estaria em questão era a veracidade do que empresa diz, e por isso que se é obrigado a recorrer para ser passado por um T.O.C. (Técnico Oficial de Contas), para que assim as coisas sejam fidedignas. Por fim, pergunta ao André Simões qual foi o volume do negócio dos livros online, uma vez que acha que a pergunta anteriormente feita pelo Nexus fazia sentido, mas que a resposta dada não poderia ser da forma que foi dada.

Tiago Pita (Presidente da Mesa da RGA): Por sua vez, refere que para fechar as questões anteriormente colocadas pelo Nexus Faria e Francisco Sousa sede a palavra ao André Simões ou a Catarina Preto.

André Simões (Tesoureiro da Direção): Inicia dizendo que não tem problema em dizer que não sabe responder à pergunta do Francisco Sousa, mas sabe responder quanto o cenário deste período e o impacto que teve. Mais uma vez referiu que não vê algo positivo ou negativo, mas enxerga como algo que ocorreu.

Tiago Pita (Presidente da Mesa da RGA): Explica que as questões colocadas seriam em bloco de dois, sendo esses o Caio Escobar e Helder Semedo.

Caio Escobar: Inicialmente esclarece que na verdade sua pergunta seria uma indagação construtiva, uma vez que era algo que ele particularmente acha que deveria ter pensado

em seu mandato, quando se refere ao orçamento e plano de atividades. Melhorando no fundo a transparência quanto o orçamento, no âmbito das vogalidades cada um tem suas atividades e respectivos custos (descriminação), o que não ocorre com os núcleos. Ele enxerga que isso é complicado quando se vota o orçamento, mas o único ponto que ele tem dos núcleos é o valor para eles passados. Finalizando perguntando ao conselho fiscal e direção se não acham que as informações passadas dos núcleos para a direção não deveriam ser repassadas, se concordam com isso e se não poderiam publicitar isso depois da aprovação do orçamento.

Helder Semedo: Direciona a sua pergunta ao Tesoureiro da AAFDL, se no orçamento foi tido em conta as indagações da auditória de novembro de 2019.

Catarina Preto (Presidente da Direção): Começa por responder à questão do Caio Escobar, dando razão ao que por ele foi colocado. Explica que a atual direção foi eleita, que terão durante o mandato terão inúmeras reuniões com os núcleos e que o orçamento foi atribuído conforme o plano de atividades apresentados a eles. Mas, essa acha interessante aparecer no relatório de contas, não sabendo se o Presidente do Conselho Fiscal tem alguma opinião sobre esse tópico, mas já que essa questão foi levantada seria interessante constar no relatório de contas especificado ou em texto, seria interessante a nível de transparência.

Jeferson Nicolau (Presidente do Conselho Fiscal): Este refere que se deve separar aquilo que é atividade dos núcleos como todo e aquilo que AAFDL tem com as atividades dos núcleos. Todo o dinheiro que sai da AAFDL naturalmente os associados devem saber para onde vai, e nesse sentido pode ser apresentar quais os gastos que foram realizados e uma vez que se utiliza o NIF da AAFDL para ter reembolso, não há problema para esse nível de transparência. Quanto o plano de atividades dos núcleos é a mesma questão, efetivamente onde que o dinheiro foi gasto, se poderia fazer uma apresentação do que foi gasto pelo NELB. Entretanto, esse acrescenta que o valor não é dado a priori aos núcleos, é um dinheiro que vai sendo gasto, sendo essa uma opinião de cunho pessoal, mas acrescentando quanto ao NELB (sendo o Presidente participante deste núcleo) de que o valor de mil e trezentos euros é mais ou menos trezentos euros amais do que aquilo que o NELB gasta efetivamente para a sua manutenção anual, um valor que permite o núcleo existir.

André Simões (Tesoureiro da Direção): Quanto a questão referida pelo Helder Semedo, o tesoureiro explica que não foi ainda seguidas as recomendações, porque nem todas são possíveis de serem implementadas. Sendo que auditorias envolvem toda uma revisão contratual que se tem de fazer, e que nem sempre é aconselhável de se mexer. Mas que serão implementadas medidas de auditorias que a Direção conseguir, pretendendo não só implementar, mas ir além (como já referido- princípios de *corporate governance*), sendo que será implementado mecanismo de maior transparência possível, mas que até agora não tiveram como ser implementados. Acrescenta ainda que espera que o orçamento não é um orçamento perfeito e que espera que os futuros orçamentos venham a ser ainda melhores.

Caio Escobar: Explica que ficou esclarecido, mas que gostaria de responder à parte final referida pelo Jeferson, que a questão dele não era quanto a um núcleo X ou Y, mas um princípio de informação, e que ele gostaria de aprovar o orçamento e gostaria de entender onde os valores serão utilizados, mas entendeu a posição e não estava a espera de uma resposta muito elaborada por ser uma pergunta de surpresa.

Tiago Pita (Presidente da Mesa da RGA): Passa a palavra a Leonor Pereira e Tomas Viçoso na qualidade de ex dirigentes associativos.

Leonor Pereira: Inicia a sua questão inicial ao conselho fiscal, sendo a sua questão quanto o montante orçamentado para os treinadores, o qual equivale exatamente com o valor planejado pela ex dirigente em seu plano de orçamento. Afirmando assim, que essa questão parte do pressuposto de que este gasto faz sentindo e permanece (por conta da qualidade das equipas), entretanto mesmo o gasto sendo previsível e podendo já ser calculado, ainda com um mandato maior e mais treinadores, o orçamento permanece o mesmo que do último mandato.

Tomás Viçoso: Inicia a sua intervenção por querer pontuar algumas situações anteriormente mencionadas ao que se refere a direção anterior. Primeiramente diz que oque o Jeferson Nicolau diz (o Conselho fiscal analisar cada festa) está correto, ainda adiciona que era isso o sugerido no regulamento interno e práticas recorrentes, justificando valores gastos. Mas contrapõe que houve três festas em três semanas, e que

em tempo útil não era possível (o que em sua opinião também era impossível a Gala de Natal realizada em dezembro de 2021), mas que estava a ser feito pelo Diogo Lopes (Ex-Vice-Presidente de Atividades) e por isso qualquer dúvida poderia ser tirada. Acrescenta também, que todas as festas realizadas foram feitas com o parecer do Conselho fiscal, que consta em ATAS, estando tudo correto (até os valores estão discriminados), por isso todos podem ter acesso do que foram esses esses orçamentos dessas festas, e mais do que isso, que também houveram muitos pareceres a serem feitos por parte do Conselho fiscal (este que na época optou por não publicá-los em ata, mas que havia uma grande comunicação entre a direção e o Conselho fiscal para quem tiver dúvidas). Quanto à questão do cénico, Tomás Viçoso diz ser uma questão muito complicada, uma vez que o cénico é um núcleo na sua opinião, que pouco ou nada é da associação; que já há muitos anos não dá, se forem ler os estatutos, dizendo ainda que os estatutos do cénico era de dificil acesso e que isso acontece com outros núcleos da associação, sendo este um ponto que a proposta de alteração dos estatutos anteriormente apresentada previa e tentava colmatar.

Tiago Pita (Presidente da Mesa da RGA): Pede que fizessem uma intervenção tendo a ideia de que se estava a discutir o orçamento, portanto, sempre com foco nisso. Que não estavam a discutir utilidades ou não utilidades de X Núcleo ou Y, mas sim a discutir o orçamento. Por fim dando espaço a Catarina Preto para esclarecer a dúvida colocada pela Leonor Pereira.

Catarina Preto (Presidente da Direção): Inicia dando razão a Leonor Pereira, acrescentando achar esquisito, uma vez que esta tinha falado com a Dona Antónia quanto à questão dos pagamentos dos treinadores e quis regularizar logo que tudo. Finalizando que deve ter sido um erro de contabilidade ou erro de transcrição, mas que seria retificado.

Jeferson Nicolau (Presidente do Conselho Fiscal): Em continuação do esclarecimento do ponto colocado pela Leonor Pereira, diz que foi verificado o valor e contactam a direção para esclarecimento, e que foi dito é que tinha havido reunião com todos os treinadores naquela altura para ser regularizada a situação e aquele foi o valor passado também pela Dona Antónia, confiando assim nas palavras das negociações, mais sobretudo na expertise e experiência da Dona Antónia, e por isso é que achou que fazia todo o sentido, mas que agora acredita que deveria também ter ido ver os contratos e não devia ter só se baseado nisso, finalizando dando a razão a Leonor Pereira.

Gustavo Quinteiro (Vogal do Desporto): Na posição de vogal de desporto, diz que relativamente ao realizar o seu plano de atividades houve coisas que não orçamentou, porque ainda estavam em transição. Adiciona que um problema com que se debateu foi a organização dos contratos com a Dona Antónia (deixando claro que esta tinha ela tem um Excel com contratos desde 2017), assim admitindo que provavelmente houve um lapso quanto a informação transmitida à Catarina Preto, mas vai ser prontamente retificado.

Leonor Pereira: Diz ficar esclarecida, adicionando que era só mesmo para corrigirem isto porque se o orçamento fosse aprovado depois poderia gerar algum tipo de problema, porque poderia exceder o valor.

Tiago Pita (Presidente da Mesa da RGA): Abre espaço de Intervenção a Mónica e Tiago Fontez, lembrando que as intervenções incidem quanto ao orçamento que posteriormente seria votado.

Mónica Alves: Inicialmente intervém pela questão quanto ao orçamento, se referindo então ao Tomas Viçoso, dizendo que não faz consigo perceber como é que este usa uma demagogia como se alguma vez alguém vos tivesse pedido vossos estatutos, uma vez que a Contadora Dona Antónia tem os estatutos e ainda acrescenta que se esta tem, outros dirigentes associativos também tem e que, portanto, era escusado demagogia e falácias quanto ao cénico. Neste sentido, questiona porquê é que com os núcleos o orçamento é feito por baixo, mas para outros itens para calcular o orçamento é feito por cima, e que por exemplo se o cénico precisasse de exceder o orçamento, se haverá abertura da associação para aumentar caso seja necessário. Adiciona ainda que todos os anos dizem que podem ter um orçamento, a associação diz que depois ponderará se vai ou não a acompanhar as necessidades, mas depois chega a altura e fica somente oque tinha sido atribuído, ficando o aumento para o ano seguinte. Questiona por fim se isso voltará a acontecer neste ano.

Tiago Pita (Presidente da Mesa da RGA): Concede a defesa de honra a Tomás Viçoso.

Tomás Viçoso: Inicia por dizer que é importante dar algum contexto, que é verdade que teve acesso aos estatutos do cénico, sendo por isso que sabia da existência deles porque

estão com a Dona Antónia. Mas que do ponto de vista social, que é o que este se refere ser no momento, não faz sentido nenhum, sendo que este deveria ter acesso ao estatuto quando quiser. Por fim, diz que o cerne da questão é o facto de ser um núcleo da associação que não sabe bem como é que ainda é um núcleo da associação, exatamente porque já não beneficia em praticamente nada da associação, porque pouco ou nenhum estudante de direito está exatamente nesse núcleo. Dizendo também que todos os mandatos dirigentes têm dificuldade de comunicação com o Cénico e que pede desculpas uma vez que não era um ataque pessoal.

Tiago Fontez: Inicia dizendo que a sua intervenção acaba por ser também sobre o cénico e em geral sobre outros núcleos, dizendo que dizer que o cénico não faz sentido, acrescentando que este tipo de invenção que não faz sentido. Sugerindo ainda que, se investissem o dinheiro todo que se investe em festas, e se incidisse sobre o cénico em si teríamos mais projeção. Acrescenta também que é um núcleo característico da faculdade, deixando a posição de que talvez muitos membros da Associação e antigos dirigentes associativos, não gostam tanto do cénico porque o cénico na verdade nunca deu votos. Finalizando por dizer que o cénico faz parte da Faculdade de Direito, que existem outros núcleos que acaba por ter mais pessoas, relembrando que há alunos a de outras faculdades nas nossas tunas. Finalizando que acha ainda mais ridículo falar-se da proposta de alteração dos estatutos, que incidia até sobre os núcleos, fazendo um limite dos núcleos que ainda é mais ridículo, limitando a integração.

Sofia Escária: Inicia a sua intervenção se referindo a uma RGA do mandato passado, a qual o Tomás Viçoso na qualidade de Presidente do Conselho fiscal, fez uma espécie de glossário de conceitos contabilísticos para elucidar um pouco mais as pessoas sobre o assunto, uma vez que são questões muito técnicas, muito específicas. Continua por dizer que na altura a direção do mandato transato foi bastante criticada por questões contabilísticas, que no entanto durante a apresentação, inclusive resposta, a questões que foram colocadas acerca do orçamento consecutivamente respondido que a empresa de contabilidade não compreendiam se ativismo e tinha sucessivos erros, referindo que é normal, mas é uma realidade e muito comum todas as associações se deparam com esta questão de haver rubricas mal alocadas, despesas que estão em locais que nós próprios. Acrescentando então, que dizer para que livros que são mercadoria, ou seja, são ativos da associação, constituem em passivo. Pede desculpas, acrescentando para se informarem,

uma vez que não acha intelectualmente honesto tentar utilizar dessas informações como estava a ser. Que mais vale assumir que não sabe, sendo totalmente legítimo porque não há como saber se ainda por cima tomaram posse há pouco mais de 1 mês, mas que se assuma desde o início e não se tente transmitir informação completamente errada sobre questões que nem sequer fazem sentido ou deturpar a Constituição do orçamento. Continua sua intervenção pedindo por honestidade como é que uma vez este orçamento tem algumas lacunas que já foram identificadas, mas por favor não dissessem que livros que são mercadoria, constituindo um ativo, é um passivo ou vice-versa. Continua dizendo que toda gente sabe e é solidária e sensível ao facto de estarmos uma questão particularmente sensível precisamente de que há uma pandemia, porque há questões financeiras agora, é perfeitamente normal que só agora começam a surgir muitas dívidas o que não são dívidas, são despesas e questões que estão a pagamentos, por que só agora é que vai se encerrar o ano fiscal das empresas. Pedindo por fim que se há um mês atrás a direção anterior podia estar a ser apontada por não está a fazer isto ou aquilo, agora que estão na mesma posição assumam responsabilidade. Que efetivamente é um momento delicado que as pessoas têm em conta disso, compreendendo isso, que é normal que as coisas venham agora tal como a direção atual vão deixar as coisas que de certeza para o mandato seguinte, sendo isso normal, como também aconteceu nos mandatos de exdirigentes. Finaliza que queria só deixar esta questão precisamente porque é possível oportunidade de estudar e de compreender um pouco mais a fundo estes conceitos, mas que não fossem instrumentalizados precisamente a tentar aproveitar-se da ignorância das pessoas.

Rita Miranda: Faz sua intervenção por dizer que este ativamente gostava que fossem apresentados publicamente os orçamentos dos Planos de Atividades de todos os núcleos e questiona como é que poderiam fazer isso, se fazem autonomamente no campbook ou se poderá ser publicado no site da FDL para que todos que tenham acesso aos nossos planos de atividades e aos nossos orçamentos, ou pelo menos dos núcleos que se disponibilizarem AAFDL publicá-los para todos os alunos possam ver.

Tiago Pita (Presidente da Mesa da RGA): Começa por agradecer a Rita, acrescentando que da sua parte que todos os documentos que devam ser apresentados aos alunos têm total espaço disponível recebê-los, publicá-los e divulgá-los para com os alunos depois,

porque são essas as suas funções previstas, e que não sabia se a Catarina queria responder, concedendo espaço.

Catarina Preto (Presidente da Direção): Respondendo a questão da Rita, afirma que sim, e que o que se pode fazer é, aquando da planificação do próximo semestre vão organizar os planos de atividades e podendo assim publicar o mesmo no site da AAFDL.

Francisco Sousa: Elucida os presentes acerca da noção das despesas contempladas no período de gestão corrente, designadamente o pagamento dos salários dos funcionários ou de dívidas contraídas em mandatos passados que transitam para o presente. Não inclui, por conseguinte, as relativas à realização da Gala de Natal, por muito que as pessoas estivessem à espera da mesma, porque a alocação das verbas necessárias implica a existência de um orçamento prévio. Dá o exemplo de outras festas cujo orçamento não prevê alguns gastos, que são posteriormente adicionados na rubrica de despesas não orçamentadas, precisamente porque partem do pressuposto que excedem um orçamento anterior já aprovado. Este mecanismo não pode assim ser utilizado antes da aprovação de um documento. No que ao parecer do Conselho Fiscal diz respeito, Francisco Sousa considera grave que o órgão tenha permitido a realização da Gala sem um alerta sério aos elementos da Direção ou uma manifestação contrária quanto à sua ocorrência. Critica as considerações feitas acerca da comparação com pareceres de mandatos passados, porque os relatórios já foram devidamente apresentados e alvo de escrutínio. Face à gravidade da atitude da Direção e à inatividade do Conselho Fiscal, Francisco Sousa apela a que a RGA chumbe o Orçamento apresentado. Relativamente ao Cénico, defende que exista uma reformulação na articulação com a atividade desenvolvida, congratulando a Direção pelo passo dado no sentido de aproximar as previsões das dotações finais concedidas. Como nota final, constatou que está a existir uma "caça às bruxas" ao mandato passado, seja pelas múltiplas referências presentes no parecer do Conselho Fiscal como no Orçamento. Reitera que, para esse efeito, seja chumbado o Orçamento e se marque uma futura RGA para discutir uma auditoria ao mandato passado sem levantar mais falsos testemunhos e a Direção comece efetivamente a trabalhar.

Tiago Fontez: Denota que, apesar de não haver tempo para realizar a RGA nos trâmites pressupostos, houve para fazer uma festa, não se verificando qualquer problema com a sua realização, mas sim com os contornos em que a mesma decorreu. Manifestou a sua

concordância relativamente à intervenção de Francisco Sousa, reforçando que o parecer do Conselho Fiscal tinha de ser apresentado em RGA, independentemente de não estar explícito nos Estatutos, para ser do conhecimento e alvo de escrutínio dos estudantes. Referiu as suas reticências acerca do que o futuro reserva no âmbito desta falta de transparência, declarando que o chumbo do Orçamento pode ser ainda mais prejudicial, na medida em que atrasa ainda mais a atividade da Associação. Não obstante, solicitou esclarecimentos acerca de toda a confusão observada.

André Simões (Tesoureiro da Direção): Defende que a discussão relativamente à Gala deve ocorrer após a aprovação do Orçamento, apesar de compreender o motivo pelo qual as questões foram levantadas. Afirma que o Conselho Fiscal pode aprovar despesas que não sejam orçamentadas e que o conceito de gestão corrente não está definido, motivo pelo qual a sua interpretação pode ser discutida e divergir, considerando, a título pessoal, que corresponde a práticas reiteradas de determinada entidade. Por fim, afirma que não se trata de condenar o mandato passado nem de criar nenhum tipo de cisão, pretendendo apenas apresentar o estado financeiro das contas sem efetuar nenhum juízo de valor nem agir de má-fé ou colocar em causa os antecessores.

António Pestana: Afirma que sem os pareceres do Conselho Fiscal não tinham existido Porco no Espeto, Reborn e No Pasa Nada, pelo que a metodologia adotada não era inovadora, não compreendendo o motivo pelo qual era questionada. De igual modo, referiu que o tema da auditoria foi abordado em RGA anteriores e não fazia sentido explorar novamente.

Tiago Pita (Presidente da Mesa da RGA): Clarificou, no seguimento de algumas questões colocadas por mensagem, que a discussão relativa à realização da Gala foi associada à do Orçamento em virtude da ligação direta entre os temas, e que foi aberto um período de intervenções para esse efeito. Recordou que está a contabilizar o tempo de cada intervenção, dispondo de 3 minutos e 2 para esclarecimentos posteriores, estando tudo de acordo com o Regimento e os Estatutos.

Francisco Sousa: Explicita, no seguimento da intervenção de António Pestana, que não questionou os mecanismos em causa, mas a sua aplicação.

André Carujo: Recupera as intervenções de Francisco Sousa e Tiago Fontes, declara que a realização da festa é habitual, mas o mecanismo utilizado para a concretizar não é legal e as festas não são nem devem ser o intuito da Associação. Recorda que o parecer do Conselho Fiscal é vinculativo, mas normalmente acontece num momento anterior e não posterior, e que o último utilizado nesse expediente foi elaborado no mandato do Rúben Caio e foi apresentado em RGA. Só após a aprovação da RGA é que esse parecer, sendo positivo, foi considerado, prática que não foi seguida no presente e que revela não ter havido transparência nem entendimento. Discorda da interpretação relativa às despesas não orçamentadas, precisamente porque preveem a existência de um orçamento. Afirma que se o artigo 62º não confere esse poder à direção cessante, dificilmente se pode acreditar que uma direção não estando em funções o pode fazer. Apesar de terem tomado posse, se não aprovarem o orçamento no mês seguinte, a Direção cai, pelo que não esteve efetivamente em funções. A exceção podia colocar-se no caso extraordinário, não obstante, o fim da Associação não se prende diretamente com festas, tanto que nos últimos dois anos, fruto da pandemia, não existiram e não foi por isso que a Associação deixou de desenvolver a sua atividade. Conclui que este ato é ilegal e irresponsável, dadas também as dificuldades em integrar estas despesas nas rubricas previstas. Indica que se existisse uma auditoria daqui a uns anos ao mandato em curso e o Orçamento não tivesse sido aprovado, seria muito difícil explicar esta despesa. Reforça que a auditoria feita anteriormente estabelecia claramente que este era o tipo de coisas que não devia ser feito e que a questão é mais do que chumbar o orçamento, considerando que estas intervenções vão ficar em ata, mas sim assegurar que esta conduta não se repete mais ao longo do mandato.

Baltazar Oliveira: Declara que a Direção tem a legitimidade dos estudantes, pelo que pode praticar atos que não são de gestão corrente e o artigo 62º não tem aplicação. Defende que a realização da festa é um ato de gestão corrente, enumerando citações de doutrina e jurisprudência que fundamentaram o parecer do Conselho Fiscal, que levou bastante tempo a ser elaborado. Indica inclusive que não foi um ato de má-fé, uma vez que todos esperavam que a RGA fosse realizada e foram surpreendidos quando tal não se verificou. Ainda assim, consideraram melhor redigir um parecer, mesmo que não para aprovação das despesas, uma vez que já tinham sido realizadas, do que não o fazer de todo, até porque houve mais lucro do que o previsto.

Francisco Sousa: Reforça que não coloca em causa a realização da festa ou do seu sucesso, apenas a conformidade dos atos com a lei. Nesse sentido, questiona que tipo de despesas podem ser efetuadas até à aprovação do Orçamento sendo consideradas legítimas, solicitando que indique a doutrina e jurisprudência que consultou, precisamente pelo que foi argumentado antes.

Tiago Fontez: Esclarece que a perspetiva de Baltazar corresponde a uma perspetiva sobre sociedades comerciais e não direito administrativo, por essa lógica se as festas são para dar lucro os atos eram válidos, mas a questão é muito mais abrangente do que isso e não pode ser considerada como tal.

André Carujo: Afirma que não sendo uma sociedade comercial e sim sem fins lucrativos, não compreende a questão levantada acerca do lucro da festa, porque a premissa é de que o mesmo resulta de um ato errado, e a gestão corrente considera despesas que vinculam para o futuro. Clarifica que Baltasar critica a legitimidade de quem acaba enquanto André se pronuncia sobre a legitimidade de quem pode nem vir a iniciar verdadeiramente funções.

André Simões (Tesoureiro da Direção): Pergunta a Baltasar se considera que a festa não constitui o fim de uma associação de estudantes, invocando o que vigora apenas na Faculdade de Direito de Coimbra acerca do fim poder limitar a capacidade das pessoas coletivas, uma vez que é uma medida de nicho apenas da posição deles.

Baltazar Oliveira: Considera que o lucro deve ser também tido em conta face à situação financeira menos favorável de momento e para não fazer nenhuma referência a mandatos anteriores nem desrespeitar os mesmos. Indica que não consegue identificar a disposição legal ou estatutária em concreto desrespeitada, e que a concordância ou não com a realização da festa não pode interferir no cumprimento dos estatutos. Defende que a regra geral estabelece que todos os atos podem ser praticados, a não ser que uma disposição estatutária restrinja essa atuação. Atos que alienem património ou contratem funcionários, obrigando direções futuras a incorrer em despesas incomensuráveis constituem sim atos de gestão não corrente, não sendo o caso de uma festa.

Francisco Sousa: Questiona porque se aprovam orçamentos, dado que no entender de Baltasar, todo o tipo de atos e despesas podem ser efetuados e ninguém tem de assumir responsabilidades, porque os trinta dias até à aprovação do orçamento aparentemente não são vinculativos.

Baltazar Oliveira: Constata que não existindo orçamento, todos os atos são não orçamentados, e como tal não podiam ser aprovados, a não ser que, como dizem os estatutos, tenham parecer do Conselho Fiscal. No entanto, isto não justifica a aplicação de qualquer outra regra extraordinária para casos à parte. Numa futura revisão estatutária, podia fazer sentido prever estes casos, não obstante o artigo 62º refere-se à falta de legitimidade democrática, enquanto o 36º prevê a sua existência.

Alexandra de Oliveira: Reforça que são todos estudantes de direito e sabem perfeitamente que enquanto o Plano de Atividades e o Orçamento não forem aprovados deve ser feita uma gestão corrente e isso não muda independentemente de ser uma lacuna dos estatutos. Questiona se os 7000€ ou 8000€ referidos não estão orçamentados, a que verba são alocados. Conclui reiterando que se tudo é permitido, não compreende porque se encontram reunidos desde as 17h em RGA a votar documentos e indica que o fazem precisamente porque as coisas não podem ser feitas desta forma e que é efetivamente necessário proceder a uma reprimenda da Direção.

Jeferson Nicolau (Presidente do Conselho Fiscal): Denota que aquando da elaboração do parecer, o Conselho Fiscal verificou que não havia nenhuma norma em incumprimento e que muitas das disposições referidas versam sobre Direito Público e não se aplicam à Associação. Não compreende que uma entidade possa ficar sem orçamento, na medida em que mediante a possível reprovação induz a aplicação de duodécimos do orçamento anterior que permanece em vigor. Alega que a análise efetuada considerou vários casos e analogias para garantir que havia legitimidade na interpretação e responsabilidade negocial a nível dos contratos estabelecidos no âmbito da organização da festa. Diz ainda que era muito mais irresponsável que a festa não se verificasse, pois havia questões de vinculação contratual. Diz ainda que, caso a festa não se realizasse, iriam ter as despesas associadas à festa, devido à vinculação contratual, e não teriam qualquer receita. Quanto ao orçamento, diz que a opção adotada teve por base a opinião de profissionais da área, sendo que considera a mesma responsável.

Catarina Preto (Presidente da Direção): Começa por dizer que compreende que possa haver interpretações diferentes, dizendo ainda que tudo foi feito de boa-fé. Reforça que caso não tivesse sido realizada a festa, surgiria um prejuízo

Finaliza dizendo que irá sempre ouvir os alunos e que compreende as várias interpretações, mas que o parecer do Conselho Fiscal é vinculativo e por isso é que foi pedido de forma a auxiliar todo o processo. Por fim, responde ao **Tiago Fontez** dizendo que não foi possível apresentar o Orçamento mais cedo porque havia demasiados recursos empregues em garantir que a festa iria acontecer.

Tomás Viçoso: Começa por dizer que reconhece que a Direção e o Conselho Fiscal tentaram lidar da melhor forma com esta situação, dizendo que, no entanto, a Direção podia ter lidado melhor com a situação caso não tivesse feito a comunidade estudantil pensar que a primeira convocatória da RGA tinha sido uma imposição da Mesa e não um momento onde tudo ficaria legitimado se tivesse acontecido no tempo correto. Diz também que, tal como disse no seu mandato, o relatório de contas não é suficiente para demonstrar todas as rúbricas que existem, deixando o desafio ao Jeferson no sentido de fazer algo paralelo ao relatório de contas. Por último, refere ainda que é muito importante haver a apresentação dos orçamentos e dos planos de atividade dos vários Núcleos, de forma que a votação seja muito mais transparente. Quanto a este tema, diz esperar que com a revisão de estatutos que se aproxima, que seja tornado obrigatório a apresentação do orçamento e do plano de atividade por parte dos Núcleos da AAFDL.

7. Votação do Orçamento da Direção

O Orçamento da Direção foi aprovado com 128 votos a favor; 45 votos contra; e 26 abstenções

8. Outros assuntos

Milene Gonçalves: Vem questionar o porquê da Direção, após um surto de COVID-19 com origem na gala de Natal, continuar a dizer que as recomendações da DGS foram todas cumpridas nesse evento quando não houve a mínima diligência para verificar os

testes e os certificados. Diz ainda que após entrar em contacto com um membro da direção, disseram-lhe que a responsabilidade não era deles por ter sido um serviço contratado à equipa de seguranças. Expressa ainda a sua opinião dizendo que, embora tenha sido um serviço contratado, o mínimo deveria passar pela verificação de que o serviço estaria a ser cumprido de forma a tornar o evento seguro. Conclui dizendo que o evento não foi seguro e que demonstrou uma falta de preparação por parte da Direção da AAFDL. Questiona, por fim, se vai haver algum assumir de responsabilidades por parte da Direção.

Catarina Preto (Presidente da Direção): Começa por dizer que a Direção tentou fazer o controlo de tudo o que podia, pedindo testes e tendo no local um centro para a realização de alguns testes. Diz também que o objetivo inicial seria o de testar toda a gente no local, sendo que tal não foi possível devido aos custos elevados de todo esse processo. Informou também que não é possível fornecer uma lista de todas as pessoas que ficaram infetadas no evento, segundo orientações da linha Saúde 24. Diz que o surto foi agravado pela gala, mas que tem também conhecimento de muitos professores e alunos infetados que não estiveram na gala de Natal. Refere ainda achar que a propagação foi tão alta devido aos casos de falsos negativos e também devido aos casos que 48 horas antes tinham um teste negativo e que no dia da gala já estariam a transmitir. Por fim, pede desculpa por alguma situação que não tenha sido acautelada da melhor forma, mas diz que não se pode responsabilizar visto que os seguranças foram alertados várias vezes para verificarem os testes e toda a documentação necessária para a entrada na gala.

Milene Gonçalves: Começa por dizer que compreende o discurso da Catarina e que reconhece haver situações inevitáveis e fora do alcance de um controlo. No entanto, diz que apesar de a Presidente da Direção dizer que os seguranças foram avisados várias vezes para efetuarem o controlo necessário, diz que tal acabou por não se verificar na prática e que era exigido, por parte da Direção, uma maior presença e responsabilidade. Reporta ainda um caso onde o segurança deixou entrar uma aluna sem teste, dizendo que houve falta de diligência e que tem de haver responsabilidades.

Francisco Sousa: Inicia a sua intervenção dizendo que como não tem direito de voto e não pode fazer declarações de voto, aproveita para recomendar a Direção da AAFDL que consultem sempre várias pessoas e que ouçam várias opiniões para que não sujam as

divergências que ocorreram aquando da discussão do Orçamento. Questiona ainda a Direção da AAFDL no sentido de saber quais são as medidas que estão a ser adotadas pela Direção da Faculdade quanto aos exames de Janeiro, visto que muitos alunos estarão em isolamento nesse período.

Catarina Preto (Presidente da Direção): Informa que tem uma chamada agendada com a Diretora da Faculdade, para o dia 28 de dezembro, para discutir exatamente esta situação.

Luís Pereira (Vice-Presidente da Intervenção e Política Educativa): Informa que chegou a ser falada com a Direção da Faculdade a possibilidade de realizar os exames online, sendo que a Diretora sempre disse não ser possível. Diz ainda que na reunião de dia 28 de dezembro vão perceber qual é ponto de situação junto da diretora da Faculdade.

Francisco Sousa: Informa que a legislação recente foi no sentido de deixar à liberdade das universidades a realização dos exames online ou não, dizendo que será uma questão complicada de conquistar.

Sofia Escária: Começa por dizer que é importante perceber como é que a avaliação vai decorrer em outras faculdades do país. Finaliza dizendo que este ambiente de transparência é importante e que espera ser duradouro, visto que é de conhecimento público que alguns dirigentes associativos tinham conhecimento de terem estado em contacto com casos positivos de COVID-19 e que mesmo assim marcaram presença na gala de Natal.

Afonso: Vem apelar a que a Direção da AAFDL não se esqueça dos alunos que não têm condições para realizar o exame online e que procurem outras soluções.

Luís Pereira (Vice-Presidente da Intervenção e Política Educativa): Diz que essa é maior preocupação que tem em relação aos exames à distância, sendo que a solução poderá passar pela faculdade disponibilizar computadores para que esses alunos possam realizar os exames na faculdade.

Francisco Bastos: Partilha da mesma preocupação que o Afonso e diz que no ano transato os conselheiros pediram à direção que disponibilizasse o maior número possível de equipamentos informáticos para que esses alunos conseguissem realizar o exame na faculdade e que mesmo assim não foi suficiente, pedindo a maior das atenções da Direção da AAFDL para esta questão.

Rita Miranda: Começa por referir que, pela primeira vez, houve uma igualdade de orçamentos entre a tuna feminina e a tuna masculina, louvando esse ponto. Aproveita também para publicitar uma venda de rifas, por parte da tuna feminina – Barítuna – cujos lucros irão reverter para um projeto de cariz social.

Jeferson Nicolau (Presidente do Conselho Fiscal): Começa por dizer que o parecer elaborado pela sua equipa não incide maioritariamente sobre o mandato passado, sendo que as referências feitas surgem no sentido de haver uma base comparativa. Por fim, diz que as auditorias são importantes, mas que devem ser feitas com a finalidade de resolver os erros e de evoluir.

Tiago Pita (Presidente da Mesa da RGA): Sem mais assunto, encerra a primeira RGA Ordinária do mandato por volta da 00h30 e deseja a todos os sócios e associados uma boa entrada no ano de 2022.

Tiago Pita (Presidente de Mesa da Reunião Geral de Alunos)
Inês Silva (Vice-Presidente de Mesa da Reunião Geral de Alunos)
Margarida Pereira (Secretária de Mesa da Reunião Geral de Alunos)
Mylla Purcinelli (Secretária de Mesa da Reunião Geral de Alunos)
Francisco Quental (Suplente de Mesa da Reunião Geral de Alunos)
Gonçalo Duarte (Suplente de Mesa da Reunião Geral de Alunos)